



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 9º Andar, Sala 912
Brasília/DF - CEP: 70.067-901 - Tel. (61) 2034-5539
E-mail: cgaoh@integracao.gov.br

7ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF

Brasília
19 de outubro de 2017
(*Transcrição ipsis verbis*)

1 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Senhores vamos dar abertura à 7º
2 Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF. Aqui todos já se conhecem.
3 Talvez só o Ângelo do DNOCS e demais membros da comissão do DNOCS
4 poderiam se apresentar.

5 **O SR. ÂNGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (DNOCS):** Ângelo Guerra,
6 Diretor-geral do DNOCS.

7 **O SR. VALMIR PEDROSA (CBHSF):** Valmir Pedrosa, CBH São Francisco.

8 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Mais alguém?

9 **A SR^a ROBEÍSIA HOLANDA (DNOCS):** Robeísia Holanda, assessora da
10 Diretoria Geral do DNOCS.

11 **O SR. GUSTAVO MEDEIROS (DNOCS):** Gustavo Medeiros, Diretor
12 Administrativo do DNOCS.

13 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Vamos então aos assuntos da 7º
14 reunião ordinária. Nós vamos começar com um informe. A ata da reunião
15 passada, da 6ª reunião ordinária, na realidade a transcrição, foi concluída
16 somente na segunda-feira. Foi uma reunião de 5 horas de duração, foi bastante
17 longa e não deu tempo de fazermos a revisão dessa transcrição, então nós
18 gostaríamos de solicitar aos demais presentes que ela fique para ser aprovada
19 na próxima reunião ordinária, todos concordam? (Todos os presentes
20 concordaram) Minuta de contrato, nós vamos discutir agora as principais
21 alterações daquele contrato que já foi apresentado a vocês, não estamos
22 discutindo questões mais pontuais, de correção ortográfica, de coisas que foram
23 apresentados pelos Estados e vamos entrar só no que seria mais polêmico, que
24 merece maior discussão com os estados.

25 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Então senhores, só sobre o
26 FPE já adianto que a gente não tem uma resposta para apresentar, a gente
27 recebeu e agradeço aos Estados, pois o tema não era simples e os Procuradores
28 conseguiram de alguma forma, não sei se presencialmente ou por meio
29 eletrônico, produzir uma nota técnica conjunta para análise da União, o que
30 simplifica e muito. Já lemos, submetemos as consultorias jurídicas, mas como a
31 gente acabou recebendo na segunda às 10 horas da noite, ainda não temos uma
32 posição para apresentação, então em vez de apresentar uma preliminar, eu acho
33 melhor a gente postergar essa discussão e assim que a gente tiver, a gente entra
34 em contato, manda e-mail e vê qual a melhor forma de voltar a discutir esse
35 assunto. Então a proposta que a gente deixe esse assunto para depois e
36 passemos aos demais tópicos.

37 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Do pagamento e da mora. O que
38 nós incluímos de de novidade foi o item 6.6.2: "Em caso de inadimplência da
39 operadora estadual, a operadora federal mantém a obrigação de prestação dos
40 serviços de adução de água bruta estabelecidos no PGA do exercício corrente,
41 bem como a manutenção da infraestrutura, podendo renegociar a vazão da

42 operadora estadual inadimplente com as demais operadoras estaduais." O 6.6 e
43 o 6.6.1 já estavam na minuta, só incluímos essa cláusula de obrigação da
44 operadora federal de continuar, foi uma sugestão dos estados que houvessem
45 mais cláusulas contra a operadora federal. No item 6.6 a suspensão do
46 fornecimento de água para o estado inadimplente, ficou mantido o que já era
47 programado na minuta anterior 3 meses de inadimplência suspende. Ele pode
48 suspender o fornecimento de água, então ele para de fornecer água àquele
49 Estado inadimplente. Por exemplo nos estados de ponta, que é o que é mais
50 possível suspender, no caso da Paraíba você não bombearia EBV6 e estaria
51 suspensa água para a Paraíba. Agora a operadora Federal tem que continuar
52 fazendo a manutenção do canal.

53 **A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Esse daí surgiu
54 porque no primeiro quando você fala que você suspende os serviços para uma
55 operadora Estadual aí surgiu a dúvida: essa operadora Estadual não vai estar
56 pagando à Federal, e aí qual é obrigação da operadora Federal? Ela tem
57 obrigação de continuar mantendo os serviços pros demais estados? Porque em
58 um caso desse de suspensão por exemplo a operadora Estadual está
59 inadimplente, a operadora Federal não vai receber também a tarifa de
60 disponibilidade por causa da inadimplência, e aí surgiu essa dúvida: a operadora
61 Federal pode alegar por não estar recebendo essa tarifa de disponibilidade que
62 ela não tem recursos para continuar mantendo? Então a gente adicionou essa
63 6.6.2 que diz que mesmo no caso de inadimplência de uma operadora Estadual
64 a operadora Federal mantém a obrigação de prestar os serviços estabelecidos
65 no PGA...

66 **O SR. MARCEL OLIVI (MPDG):** Sim, mas no PGA aquela que está inadimplente
67 também está no PGA.

68 **A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Sim, a gente pode
69 então alterar a redação, você tem razão, "no PGA do exercício corrente". A gente
70 só deixa um jeito de deixar claro não para essa, "com as demais operadoras
71 estaduais do PGA no exercício corrente"... isso com "as demais **operadoras**
72 adimplentes".

73 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** É só acrescentar ali, "mantém a
74 obrigação da prestação do serviço de adução de água bruta às demais
75 operadoras conforme estabelecido no PGA do exercício corrente".

76 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A qualquer momento que alguém
77 quiser sugerir alguma coisa, discordar de alguma coisa está aberta a palavra a
78 todos. Cláusula décima: das infrações e penalidades, esta é uma cláusula nova.
79 Item 10.1: "Em caso de interrupção na disponibilização e fornecimento de água
80 bruta causado pela OPERADORA FEDERAL, esta estará sujeita às seguintes
81 penalidades: 10.1.1 Suspensão do pagamento das tarifas de disponibilidade e
82 consumo referente ao período de interrupção somado à suspensão do
83 pagamento das tarifas de disponibilidade e consumo por igual período, até o
84 limite de 30 dias no total; 10.1.2 No primeiro ano de execução do contrato, haverá
85 somente a suspensão do pagamento das tarifas de disponibilidade e consumo

referentes ao período da interrupção. Parágrafo primeiro: Nos casos fortuitos ou de força-maior, a suspensão do pagamento das tarifas de disponibilidade e consumo incidirá somente sobre o período de interrupção.10.2 O não pagamento pelo período de 6 (seis) meses, consecutivos ou não da fatura, enseja a inscrição da OPERADORA ESTADUAL no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN)."

O SR. MARCEL OLIVI (MPDG): Inscrição da operadora estadual no CAUC? Não seria o Estado?

O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI): É eu acho que sim, seria do estado.

A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI): Mas ai o problema é que o estado ele só é anuente. E estado ele é um interveniente anuente, ele não tem obrigações assumidas pelo contrato, esse que foi o problema. Essa ideia do CAUC surgiu na ultima reunião, ai quando a gente foi colocar a gente colocou com essa dúvida de como colocar isso.

O SR. ANTONIO LUITGARDS (MI): O estado não garante?

A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI): Ele saiu como garantidor, porque cada operador tem seu fundo próprio.

O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI): Mas o estado está propondo o FPE, então o estado é garantidor.

O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR): Se o modelo evoluir para FPE aí dá para botar o estado...

A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI): Volta a ser garantidor.

O SR. ANDRÉ FREIRE (CONJUR-MPDG): mas só se ele for provocado a adimplir como garantidor e se negar a prestar garantia, aí sim ele vai poder ir para o CAUC.

A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI): Isso.

A SR^a IZABEL ARRAIS (MI): A colocação então no descumprimento de cláusula contratual normal ele não vai ser penalizado. Só no caso dele não adimplir com o fundo garantidor. Então assim, de qualquer forma se ficar 6 meses sem pagar fatura terá que ser o operador estadual e não o Estado. A não ser que o estado não preencha com o dever dele.

A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI): Mas nas nossas cláusulas de garantia, é acionada a garantia automaticamente, então só vai chegar nesse caso se o fundo não existir.

123 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Vou esclarecer essa dúvida, porque
124 da forma que esta aí é como se tivesse duas, assim, independente do fundo
125 garantidor aportar os recursos, a empresa seria penalizada...

126 **A SR^a IZABEL ARRAIS (MI):** Não

127 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** O que está escrito é isso.

128 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** A redação pode estar ruim,
129 mas se o fundo cobrir, a tarifa está paga. A questão é, se não tiver recursos no
130 fundo, ninguém pagar e ficar 6 meses inadimplente.

131 **A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Porque nas
132 cláusulas de garantia fica bem claro que: não pagou já aciona automaticamente
133 o fundo.

134 **A SR^a IZABEL ARRAIS (MI):** O contrato tem que ser lido como um todo, senão
135 não faz sentido.

136 **O SR. ANDRÉ FREIRE (CONJUR-MPDG):** É por isso que a redação das
137 cláusulas, a gente tem que ter como pressuposto qual vai ser a modelagem dos
138 pólos contratuais. Então também não adianta muito a gente ficar indo à minucia
139 da cláusula se a gente não tem a estrutura das obrigações contratuais.

140 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Uma dúvida, é seis meses no
141 mesmo ano né? Porque senão depois de dez anos de operação, se somar seis
142 meses...

143 **A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** A gente ficou com
144 essa dúvida para não surgir a questão de paga um mês, paga dois meses, mas
145 se bem que tem a questão do fundo.

146 **A SR^a IZABEL ARRAIS (MI):** Seriam 4 anos né, o contrato agora tem 4 anos,
147 então nesse período de quatro anos se ele fica 6 meses consecutivos ou não...

148 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Mas ele não é prorrogado
149 automaticamente? E como é que é na prorrogação é um novo termo? Então são
150 seis meses consecutivos ou não...

151 **A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** No período
152 contratual de 4 anos

153 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Da rescisão. “12.1 A suspensão
154 na disponibilização e fornecimento de água bruta nos termos do presente
155 contrato por um período superior a 12 (doze) meses enseja a sua rescisão com
156 as consequências contratuais e as previstas em lei. 12.2 O não pagamento de
157 12 (doze) faturas consecutivas ou não, enseja a rescisão do contrato, com as
158 consequências contratuais e as previstas em lei, e sem prejuízo da incidência de
159 multa e juros moratórios nos termos do item 6.2. 12.3 Os casos de rescisão
160 contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo,
161 assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.4 Quando a rescisão ocorrer
162 será mantida a cobrança da Tarifa de Disponibilidade durante todo o exercício

163 corrente conforme estabelecido no PGA, a não ser que sua cota de vazão
164 estabelecida no PGA do exercício corrente seja absorvida por outra
165 OPERADORA ESTADUAL.

166 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Esse projeto tem suas peculiaridades,
167 a pergunta é: se um dos quatro sai, por qualquer motivo ele deixou de pagar por
168 12 meses e saiu. Os outros estados não querem absorver o rateio do custo, até
169 porque o custo dessa água pode ficar inviável, ela já é cara, ela tem um custo
170 que a gente tem que pensar muito bem onde vai usar essa água para viabilizar.
171 Como é que fica isso? Eu acho que a gente está tratando disso como um contrato
172 normal, você deixou de pagar você sai do contrato, e como é que fica. os
173 demais? Quem garante que eles vão continuar a receber a água pelo valor
174 acertado quando quatro havia, tá certo, e quem absolve esse custo? A união?
175 Quando sai um dos atores do contrato, quem vai absolver a parcela dessa
176 operadora federal? Porque ela incorporar isso aos seus custos, e elevar as
177 tarifas não me parece uma coisa viável, considerando todas as condições. Ai eu
178 fico com essa dúvida realmente. Ai de repente saem dois ou sai um e alguém
179 fala que está muito caro e que também não quer, está fora! Enfim como que
180 funciona isso? O que que está se pensando em relação a isso?

181 **O SR. MANOEL RENATO (MPDG):** O que se imaginou foi o seguinte: alguém
182 vai ficar inadimplente em algum momento, pode ficar inadimplente em algum
183 momento, nesse tipo de situação se prever qual é o regulamento. Que é que está
184 prevendo aqui. Logicamente que todo custo fixo terá que ser pago para quem
185 fornecer. No caso da relação: Estados/Codevasf, a Codevasf vai estar pagando
186 os seus custos, pagando energia, pagando para os seus eventuais
187 colaboradores, mantendo, então se o estado deixar de inadimplir e não tiver
188 garantia, a garantia não honrar, durante esse período para continuar prestando
189 serviço com os outros três a União vai ter que pagar, mas o estado devedor não
190 está desobrigado a pagar, é isso que está se tentando dizer. Se mais um
191 inadimplir aí já temos outra situação, vai chegar um ponto que talvez o operador
192 federal não consiga manter seus serviços para os demais, pode-se acontecer o
193 inverso, três inadimplirem e um só se manter adimplente, claro que isso tem um
194 limite.

195 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Minha dúvida é o seguinte, está claro
196 que quem está inadimplente não recebe água, e há obrigação da operadora de
197 continuar a fornecer para os demais, até ai está pacificado. A questão é essa
198 condição de saída do contrato, eu estou entendendo que o estado deixa de ter
199 obrigações. Ele vai ficar com uma dívida que tem lá pelos 12 meses que não
200 pagou, mas a partir de um momento que sai de um do contrato, seja de forma
201 voluntária ou porque foi excluído dele, você não tem mais o que dever, então
202 existe ai um passivo que precisa ser pago em algum momento daquele estado
203 que saiu, e o que acontece com esse projeto? É isso que eu estou colocando,
204 entendeu? Como que fica o rateio de custos?

205 **O SR. MANOEL RENATO (MPDG):** É assim, no primeiro momento é o seguinte:
206 se passamos de quatro para três, o custo variável, a primeira posição vai ser:

207 alguém quer comprar a água do parceiro? Se alguém quiser ele assume o custo
208 variável e o custo fixo deles porque é proporcional ao volume.

209 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Não é. Tem o custo fixo, eu estou
210 entendendo o que você está dizendo, eu não sei se isso viabiliza não minha
211 gente, a gente tem que olhar o custo dessa água, que não é água a qualquer
212 preço não. O que eu estou colocando é isso, veja, essa água já é muito cara,
213 são 4 participantes, se você tira um, além do custo fixo que é a tarifa de
214 disponibilidade, você tem ainda essa tarifa que você paga pelo volume de água
215 e dentro dela essa tarifa tem uma proporção, você paga um valor proporcional
216 ao que tira. É isso que estou dizendo, eu não sei, mas acho que é bom fazer
217 alguns testes, quanto vai sair essa água se um ou dois partícipes saírem. Eu
218 estou só colocando uma preocupação.

219 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Marcelo você tinha colocado
220 isso na reunião anterior, até em função de uma provocação minha de não
221 conseguiria imaginar um contrato, e tem advogados aqui pra corroborar, um
222 contrato que não prevê a clausula de rescisão, porque o máximo é se chegar
223 rescisão né. Você tinha colocado essa preocupação e realmente eu fiquei
224 pensando e eu acho que realmente você tem razão. Mas eu só queria, antes de
225 começar a atacar propriamente esse assunto, é que essa água propriamente é
226 mais cara que o preço normal, mas é com certeza muito mais barata do que a
227 água de carro pipa, e os estados estão sem água né, então o PISF é uma solução
228 e não um problema, acho que é importante dizer. Enquanto você estava falando,
229 você repetiu os argumentos e ao meu ver estão cobertos de razão, você já tinha
230 colocado e eu fiquei pensando na reunião anterior, e eu estava pensando aqui
231 como que a gente resolve, porque salvo engano, e pergunto aos advogados
232 presentes, não tem como ter um contrato que não tenha cláusula de rescisão, o
233 limite tem que ser rescisão. Mas, concordando com você a rescisão pode se
234 tornar tão cara, ou tão complicada que ninguém queira reincidir. Concordando
235 com você, no limite você tem que deixar o cara rescindir, se ele quiser mesmo,
236 mas tem que ser caro para ninguém ter essa vontade. Então talvez se a gente
237 estabelecesse, além do que já está posto ai, uma multa relevante para que se
238 quiser sair vai ter que pagar isso, e vai ter que ficar com essa dívida muito
239 grande, talvez até pensando no custo de CAPEX, porque o investimento foi feito
240 em função das necessidades dos estados e agora se provando muito necessário,
241 então se o estado sair a gente pode fazer uma conta, ai a gente tem que pensar
242 qual seria a conta para ressarcir a União de parte do CAPEX. Pronto dai você
243 desestimula qualquer estado de sair.

244 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** Gostaria de fazer
245 uma nova sugestão, como a minuta tem novas clausulas, é importante que a
246 gente pudesse ter um momento para que os estados pudessem avaliar, e a
247 minha sugestão é que fosse enviado para que a gente pudesse fazer uma nova
248 avaliação. Acredito que estamos caminhando bem, mas é necessário que a
249 gente faça uma nova avaliação.

250 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Complementando só o que o
251 Dermeval falou: água mais cara é a água que você não tem. A água de Campina
252 Grande, que estava sem água nenhuma, era absurdamente cara, além de ser

253 carro-pipa, estava causando doença nas pessoas, já estava com problema de
254 cianobactérias. Além desse problema você tem que ver o seguinte esse é um
255 projeto de segurança hídrica, o estado que sair ele vai perder essa segurança
256 hídrica, e o Nordeste hoje após 6 anos sabe muito bem qual é o risco dessa falta
257 de segurança hídrica. Eu acredito que a gente está discutindo essas coisas aqui,
258 mas eu acredito que não vai haver nenhum estado querendo sair, mesmo que
259 tenha um ano bom de chuva, porque a segurança hídrica é importante porque
260 ele não sabe como vai ser os próximos anos e se tiver um ano bom de chuva ele
261 pode aplicar água de chuva para irrigação que é uma água barata e usar a água
262 do PISF para abastecimento humano que é o uso mais nobre da água, e também
263 em discussões com o Ceará ele disse que quem não quiser água ele compra
264 dos outros estados. O Ceará tem interesse até porque com o CAC a água do
265 PISF seria distribuída para 90% do Estado ampliando aqueles 12 milhões que a
266 gente fala há muito tempo.

267 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** Só uma questão, já
268 que a reunião está sendo gravada, o senhor colocou que tivemos problema de
269 cianobactérias em Campina Grande. Só para esclarecer que não chegamos a
270 esse ponto, o Estado estava monitorando a água através da CAGEPA, houve
271 um monitoramento mais intenso da água. Só para registrar que a gente não teve
272 esse problema de cianobactéria em Campina Grande e nem problema de saúde
273 causado pela água. Agora a situação era grave e não houve um acréscimo de
274 custo porque era impraticável você distribuir água em Campina Grande com
275 carro pipa, mas o grande risco era do colapso total e absoluto que teria um custo
276 imensurável.

277 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Desculpe se a acusação foi errada,
278 mas eu acompanhei isso em Blog, eu vi notícias de jornal...

279 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** Houve a dúvida se
280 havia ou não, mas só para esclarecer que não houve.

281 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Continuando o objetivo da
282 reunião e claro concordando com o colega do Ceará que tem que receber para
283 analisar melhor, ninguém está fechando nada aqui, mas acho que se os estados
284 concordarem a gente pode encaminhar para essa multa, seria na realidade um
285 resarcimento pelo investimento feito pela União. Eu acho que isso seria
286 suficiente para desincentivar qualquer saída de qualquer um dos estados,
287 atendendo o que o Marcelo colocou que a saída de um dos estados causa um
288 caos completo. A gente pensa na redação e envia para vocês.

289 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** é importante ser discutido pelas áreas
290 competentes em casa Estado, jurídicas e tudo mais. Eu imagino que tenha outras
291 alternativas também. Imagine como se fosse uma sociedade e você vai vender
292 suas ações, poderia ter o cenário de que o Ceará compra tudo, pode ser, mas
293 cearense não é bobo não viu. Tem uma negociação aí no meio muito forte, mas
294 o fato é o seguinte, talvez ai, até já foi colocado, é uma opção ratear esse custo,
295 ou não é? Isso tem que ser avaliado, tem que ser modelado. Por mais que a

296 gente coloque que a água mais cara é de carro pipa, existe uma coisa chamada
297 escassez econômica de água, que é quando você não dispõe de recurso para
298 pagar. Os estados podem simplesmente não ter o recurso. O litro d'água do carro
299 pipa é a água mais cara do mundo? É. Só que você não fornece na quantidade
300 que vai fornecer com a outra, então é uma coisa onde se permite quase uma
301 sobrevivência, diminuindo bastante a disponibilidade. É uma discussão
302 complexa. Não estou rebateando seu discurso, só estou dizendo assim: vale a
303 pena a gente se debruçar sobre o contrato, fazer essa modelagem e ver o que
304 isso impactaria e como isso poderia ser mitigado, e ai as áreas competentes dos
305 estados poderiam se pronunciar.

306 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Vamos seguir nessa linha que
307 eu falei e se vocês tiverem alguma sugestão vocês complementam.

308 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Passando a palavra ao Renato.

309 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Eu sempre imaginei na minha cabeça,
310 quando iniciou o PISF, que era um compromisso que os estados estavam
311 assumindo naquele momento para que o governo federal fizesse esses
312 investimentos. Entendo que a saída de um estado ela não desobriga de manter
313 o custo operacional pelo menos da estrutura que foi montada para atendimento
314 a eles. Então ele pode optar pela saída desde que ele continue pagando o
315 percentual referente aos custos fixo ou da estrutura que foi desenvolvida, porque
316 não existe outra forma, e acho que ninguém está querendo abrir mão de água,
317 o Estado que fizer isso estará indo na contramão, a gente não tem mais água no
318 País inteiro, é um absurdo. Era só uma reflexão.

319 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** É eu acho que essa
320 é uma proposta interessante, talvez até melhor do que a opção da multa. Tem o
321 termo de compromisso de 2005, você pode até abri mão de querer água agora,
322 mas pagar o custo de disponibilidade não inviabiliza os outros casos um queira
323 sair.

324 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Gostaria de ouvir a ANA também
325 a respeito da discussão desse custo, porque a ANA foi quem bolou essa tarifa,
326 eu acho talvez que ela possa nos dar mais informações inclusive sobre a
327 proporção entre um custo e outro.

328 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** A questão da disponibilidade, todo o
329 rateio é feito em função do volume, na proporção do volume de cada estado,
330 então se um estado sai por exemplo e nem um outro estado assume aquela
331 vazão o custo unitário sim sobe. Agora se o outro estado assume a vazão aquele
332 custo unitário se mantém o mesmo, então não vai alterar. Então dentro dessa
333 linha de possibilidades que o Deusdete colocou, pode ser mantido o estado até
334 que um outro estado, por exemplo, queira assumir aquela parcela como está
335 colocado ali, porque aí não haveria alteração do custo unitário e não haveria
336 prejuízo para nenhum deles, isso do ponto de vista de como está estruturada a
337 tarifa.

338 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Eu
339 pessoalmente só vejo possibilidade de algum estado desistir durante a operação
340 da transposição, caso o ministério não cumpra com seus prazos de entrega das
341 obras complementares, por exemplo, e dos ramais que ainda faltam ser
342 construídos, seria o único momento. Adutora do Agreste, Ramal do Apodi, Ramal
343 do Piancó, Ramal do Salgado, só vejo essa possibilidade de no futuro algum
344 estado vir a questionar a operação da transposição, pois possivelmente
345 poderemos estar pagando o custo fixo de um sistema de infraestrutura que
346 possivelmente não estará totalmente complementado. A gente do Rio Grande do
347 Norte se preocupa principalmente com a questão do ramal Apodi, eu tenho que
348 voltar e frisar sempre essa questão. Também o Ceará depende de parte do ramal
349 do Apodi, porque se você for observar a resolução da ANA ela não apresenta
350 portal de entrada no Rio Grande do Norte que não seja a barragem de Angicos,
351 em José da Penha, que é dependente totalmente 100% do ramal do Apodi. Eu
352 me atrasei hoje aqui porque eu estava na diretoria de obras hídricas falando com
353 Stanley sobre a Adutora do Alto Oeste, pra se ter uma ideia a adutora do Alto
354 Oeste tem um subsistema que atende a 16 municípios, todos em colapso hoje,
355 eu tenho que dizer isso, e na época em que essa adutora foi projetada havia uma
356 adutora expressa de Santa Cruz do Apodi até Pau dos Ferros, que é de onde
357 parte esse subsistema que estou falando, e não foi aprovada pelo ministério
358 porque a água do São Francisco chegaria em Pau dos Ferros e iria perenizar a
359 barragem. Então eu tenho hoje 16 municípios em colapso no Rio Grande do
360 Norte com uma adutora concluída, já foi inclusive operada em 2010 quando a
361 gente ainda tinha água no reservatório de Pau dos Ferros e depende da
362 transposição de São Francisco, então se o Rio Grande do Norte algum dia vier
363 a pensar em desistir do contrato no momento em que a operação ainda estiver
364 decorrendo é por esse motivo, não vejo outro motivo. Porque como o colega do
365 Ministério de Minas e Energia falou, a gente realmente precisa dessa água,
366 porque se chover bastante, mil milímetros digamos, algumas barragens vão
367 encher, outras vão transbordar, mas três anos depois a gente vai estar na
368 mesma situação que estamos hoje, porque a seca é um fenômeno cíclico, ocorre
369 a cada três, quatro anos. Infelizmente essa é maior de todos os tempos, estamos
370 há sete anos de seca, barragem de Armando Ribeiro Gonçalves, recebi um
371 relatório hoje, está com somente 15% da sua capacidade somente 15%, e a
372 gente perde milhares de m³ para evaporação. A previsão da ANA, o Rodrigo
373 pode até confirmar isso aqui, em dezembro ou início de janeiro a barragem de
374 Armando Ribeiro Gonçalves já estará em volume morto, eu diria: volume morto,
375 ótimo, a gente ainda tem 240/260 milhões de m³ de água mesmo ela em volume
376 morto, no entanto as captações principais das adutoras, por exemplo de
377 Jerônimo Rosado que atende a toda a cidade de Assú e a um terço da cidade
378 de Mossoró, ela para, porque a captação esta a jusante, depende dessa
379 barragem estar sempre fornecendo água naturalmente, vertendo pelos seus
380 canais. Em volume morto não há essa vazão natural. Então eu só vejo essa
381 razão no futuro de algum estado sair, eu acho. A gente precisa de fato é caminhar

382 com as obras complementares, com os ramais, para que a gente possa contar
383 com toda estrutura da transposição do Rio São Francisco.

384 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Queria só ratificar
385 o que o secretário colocou, o andamento do contrato eu acredito que nós vamos
386 resolver, eu acho que estamos caminhando bem para o fechamento do contrato.
387 Mas essa questão das obras complementares, nesse momento no Ceará a crise
388 se agrava e nós precisamos urgentemente terminar o eixo norte, porque nós
389 estamos no limite no estado do Ceará, então se não tiver velocidade na obra e
390 eu esperava até, está aqui na pauta, uma rápida apresentação sobre o
391 andamento dos eixos, principalmente tenho interesse no eixo Norte, informações
392 e também o ramal do Salgado que é estratégico pra a gente no ponto de vista
393 operacional para o estado, para facilitar a operação da transposição o Ramal do
394 Salgado tem uma grande importância estratégica para o Estado do Ceará para
395 flexibilizar a operação da transposição do São Francisco e facilitar a chegada no
396 vale do Jaguaribe e principalmente no Açude Castanhão, teríamos aí uma
397 operação mais flexível e bem mais próxima do nosso grande pulmão de água
398 que é o Açude Castanhão, só para ressaltar a importância das obras
399 complementares.

400 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O ministério entende essa
401 importância, a casa civil também entende, nós estamos fazendo todos os
402 esforços e temos inclusive entrado em contato com a bancada dos Estados,
403 ontem tivemos uma reunião com a bancada do Rio Grande do Norte sobre isso
404 para viabilizar emendas de bancada, emendas impositivas. Quanto ao Rio
405 Grande do Norte, ele recebe água também pelo canal Caiçara-Ávidos, e tem um
406 portal de saída com 53,5 metros cúbicos por segundo e temos outra saída no
407 Boa Vista que vai para o piranhas-açu.

408 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Quando eu
409 falei, eu estava baseado na resolução da ANA. Ontem estávamos na oficina na
410 Codevasf e não existe ponto de monitoramento de vazão contínua, é um nome
411 bem bonito com sobrenome e tudo, mas não havia, inclusive na própria
412 Codevasf, os procedimentos que estão sendo tomados para o PGA e para os
413 POA's (planos de operação anuais, que os estados têm que fazer antes do PGA
414 e antes inclusive de encaminhar para o conselho), que não teria como eu colocar
415 alguma vazão porque só tinha três opções, era: portal de entrada e ponto de
416 monitoramento de vazão contínua, eu pedi para acrescentar lá no formulário
417 porque senão, não vamos conseguir colocar água pelo Eixo Norte depois do
418 Engenheiro Ávidos. E lembrando mais uma vez Dr. Luitgards, é que para água
419 chegar em Jardim de Piranhas eu estou atravessando um leito de rio com 173
420 km, e isso precisa ser definido ainda como é que vai ser feito o monitoramento,
421 a fiscalização, o acompanhamento da nossa água, se sai 5,4, tem que entrar 2,9,
422 já antecipando minha resposta do último ponto de pauta, a gente vai querer
423 100% do que está previsto na outorga para Rio Grande do Norte, o mas breve

424 possível inclusive. Caicó está vivendo hoje por uma adutora emergencial, que
425 atende 20 litros por dia por pessoa.

426 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** No artigo quinto da outorga tem lá
427 os pontos de monitoramento, no eixo Norte na divisa entre os estados de Paraíba
428 e Rio Grande do Norte tem um ponto de monitoramento. Nós estamos estudando
429 como implantar isso, não está implantado, mas estamos resolvendo. Bom, os
430 contratos nós vamos encaminhar para os Estados, nós queremos combinar um
431 prazo razoável com os estados para que eles pudessem analisar todas as
432 propostas, nós só trazemos aqui para essa reunião a que entendemos ser as
433 mais importantes, que foram os pontos mais abordados na sexta reunião do
434 conselho gestor do PISF, mas gostaríamos que os estados se pronunciassem
435 dizendo qual o prazo mínimo que poderiam encaminhar essas revisões dos
436 contratos. Nos queremos fazer a próxima reunião em trinta dias, por isso
437 queríamos receber de vocês pelo menos no máximo com 20 dias. Confirmado
438 20 dias? Segunda feira nós mandamos o contrato para vocês, para todos os
439 participantes aqui.

440 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** não tem como
441 mandar essa minuta amanhã não?

442 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** É que a gente faria amanhã os
443 ajustes que estão sendo programados aqui e redigir, mas a gente mandaria
444 amanhã no final do dia então. Vamos tentar mandar amanhã no final do dia, se
445 nós não conseguirmos segunda feira cedo mandamos. Então a próxima reunião
446 ficaria para o dia 21 de novembro.

447 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** E o prazo para eles mandarem
448 ficou?

449 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Só para ficar claro até dia 10
450 de novembro vocês encaminham as respostas dos contratos e a próxima reunião
451 dia 21 de novembro – terça-feira.

452 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Você receber na sexta no final do
453 dia não vai adiantar muito para vocês. Bom só para agilizar para poder avançar
454 mais nós queríamos que os estados mandassem por e-mail as suas
455 contribuições, mesmo que mande por ofício também, porque a gente já começa
456 a trabalhar antes. O próximo assunto é a delegação de operação e manutenção
457 dos reservatórios estratégicos. Ângelo é o presidente do DNOCS e falará.

458 **O SR. ÂNGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (DNOCS):** Dr. Luitgards a
459 gente quando esteve naquela reunião, quando eu digo a gente, eu não estava
460 presente eu tive que vir aqui em Brasília, mas a posição do DNOCS hoje continua
461 a mesma. Esse termo de cooperação tem um certo tempo e foi entre DNOCS,
462 ANA e SRH e é o único termo de cooperação que a gente tem experiência, então
463 a gente quando olha para barragem Castanhão que na recuperação foi gasto
464 quase 20 milhões de reais, veja, se esse termo de cooperação tinha uma
465 cláusula dizendo que o concessionário manteria, não houve essa manutenção.
466 Portanto para o DNOCS, baseado na lei de segurança, esse termo aí não exime
467 a responsabilidade do DNOCS, e esse termo não foi assinado em setembro de

468 2016 porque o DNOCS, na cláusula que era de competência da concessionária
469 pagar aquilo que é devido pelo que ele arrecada com o uso da água dos
470 reservatórios do DNOCS, feito isso o DNOCS entrou com petição junto ao
471 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e nós não temos ainda uma decisão
472 do Conselho. Como existiu no dia da primeira audiência queriam passar para
473 ANA decidir, nós pedimos a ANA uma audiência, e estamos esperando retorno
474 do presidente para que a gente trate do assunto com a Agência Nacional de
475 águas. O DNOCS não abrirá mão disso e outra, quando essa lei diz que eu sou
476 o responsável, sou proprietário, mesmo que eu faça o termo eu vou continuar
477 sendo dono e o que ocorrer a responsabilidade vai ser do DNOCS. Para isso o
478 DNOCS não vai abrir mão de querer fazer essa manutenção e essa taxa que é
479 devida, na realidade não seria para recuperar. Para recuperar nós estamos
480 levantando, temos barragem em nível de perigo 3 inclusive com multas aplicadas
481 pela ANA, e a gente vai pedir esse recurso ao Ministério para fazer a
482 recuperação dessas barragens e a partir dessa taxa voltar a ter como antes nós
483 tínhamos o DNCOS, tínhamos o administrador da barragem e tínhamos zelador,
484 hoje nós não temos nada disso e a gente julga que passar essa responsabilidade
485 para os estados a experiência que nós temos não é uma experiência boa em
486 relação ao único termo de cooperação foi feito entre DNOCS e o Estado do
487 Ceará.

488 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A COGERH gostaria de falar
489 alguma coisa?

490 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** O Esse termo não
491 é um termo recente, nós temos esse termo desde 1994 com o DNOCS,
492 diretamente com o governo federal DNOCS/estado. A partir de 2003, inclusive
493 eu estava no DNOCS, e nós redigimos junto com a Agência Nacional de Águas
494 uma nova proposta de termo cooperação, já que a ANA tinha sido criada, nós
495 achamos que era importante a Agência constar nesse termo, porque
496 entendíamos que o DNOCS é gestor da barragem, mas não é o gestor da água,
497 então isso levou que Agência Nacional de águas entrasse nesse termo de
498 cooperação no sentido de que a ANA faz a gestão da água em todo o país nos
499 reservatórios d'água de domínio da União. Então nós fizemos um termo que
500 inicialmente era de 4 anos e passou para 8 anos, e é esse que está em vigor.
501 Com relação ao que o Ângelo coloca com relação a essa questão da
502 manutenção das barragens, está previsto pelo termo de cooperação que nós
503 teríamos um plano de trabalho, onde estaria prevista a recuperação dos açudes
504 federais, inclusive com recursos da cobrança pelo uso da água. Então nós,
505 quando fizemos esse termo, redigimos corretamente, vou até citar o nome, eu e
506 o Doutor Joaquim Gondim da Agência Nacional de Águas fizemos então com os
507 três órgãos: a nível da União o DNOCS e a ANA, e a nível do estado a COGERH
508 e SRH. Então esse termo funcionou muito bem durante todo esse período, claro
509 que aí eu concordo que a comissão para formatar essa proposta de um plano de
510 manutenção dos reservatórios, ela realmente não teve funcionalidade, mas em
511 função de várias circunstâncias que podem ser resolvidas, colocando em prática
512 essa comissão para que ela possa estabelecer um plano para que a gente possa
513 colaborar com essa manutenção com recursos que são cobrados, com recursos
514 das águas seja de domínio da União ou domínio do Estado. Porque a ANA

515 delegou ao estado do Ceará todo o direito de uso de água de domínio da União,
516 então nós temos essa delegação, o Estado, então além do termo de cooperação
517 nós temos a delegação para a gestão da água de domínio da União, então nós
518 entendemos que o termo prevê realmente essa questão da manutenção. Não há
519 necessidade, e nós já avaliamos isso juridicamente na COGERH essa
520 possibilidade de repassar recursos para a união. Então nós colocamos que isso
521 é inviável do ponto de vista jurídico, que a gente possa repassar esses recursos,
522 então o termo resolve essa questão quando ele leva para que a gente possa
523 estabelecer um plano de manutenção. Claro que grandes recuperações, não é
524 possível que a gente faça isso com os recursos das cobranças, porque os
525 recursos são escassos. Mas a manutenção ela é possível que a gente possa
526 compartilhar, por isso que nós não concordamos em repassar recurso para
527 união, e se esse termo não for à frente o estado tem uma posição muito clara
528 sobre isso, aquilo que está estabelecido com a união e os estados do ponto de
529 vista da transferência dos reservatórios, que ela seja realmente efetivada.
530 Porque o Estado do Ceará, nós estamos colocando que ele está preparado para
531 que ele possa operar os reservatórios, então essa é posição, se o termo de
532 cooperação não andar, que se cumpra aquilo que está estabelecido no ponto de
533 vista do acordo e que nós estamos preparados para que a gente possa assumir
534 esses reservatórios no sentido que a gente possa realmente operar e tomar
535 decisões que o estado precisa com relação aos reservatórios. Mas a nossa
536 proposta é que a gente possa avançar nesse termo de cooperação, não
537 cumprido isso a gente voltaria ao estágio anterior que seria o repasse do recurso
538 para o estado.

539 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Então gente para encerrar o
540 assunto, a união cumprirá o termo de compromisso. Vamos conversar melhor
541 internamente com o DNOCS e Ministério da Integração para cumprir o termo de
542 compromisso da melhor forma possível e resguardar as competências do
543 DNOCS e permitir a operação e manutenção do PISF.

544 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eu gostaria de ouvir o Ângelo,
545 depois queria ouvir a ANA também sobre o assunto porque ela tem uma
546 experiência por ter participado de várias desses termos de cooperação já, e
547 poderia nos ajudar. Agora Ângelo esse assunto se for discutir o termo de
548 cooperação é melhor para deixar para a gente fazer internamente.

549 **O SR. ÂNGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (DNOCS):** Doutor Luitgards
550 é rápido, é só para deixar registrado que esse termo não tem mais vigência. Ele
551 por não ter sido assinado pelas partes ele seria prorrogado a partir de setembro
552 de 2016, então ele não existe mais. Hoje, no caso do Estado do Ceará, a
553 COGERH pede e o DNOCS faz a intervenção. Quando esse termo estava
554 vigente a COGERH fazia diretamente as intervenções, ou seja, vamos falar aqui
555 da abertura de uma válvula para passar uma vazão maior ou menor num
556 determinado reservatório. Eu queria deixar também aqui registrado que houve
557 outro exemplo que é a barragem do Cedro, que foi feito termo em cooperação
558 com a prefeitura e depois de 15 anos a barragem foi devolvida pela prefeitura e
559 com problemas que o DNOCS hoje está sendo judicializado para resolver os
560 problemas da barragem, por conta, volto a frisar, que na lei de segurança de

561 barragens a responsabilidade é do proprietário, então o que o DNOCS vai se
562 posicionar a partir dessa reunião que a gente vai ter com Agência Nacional de
563 águas, diretoria, eu queria dizer aqui que o único estado que usa a água dos
564 reservatórios do DNOCS e que paga essa conta é o estado do Rio Grande do
565 Norte porque foi judicializado. Nós também agora não vamos dizer que a gente
566 vai partir para ação judicial não, a gente vai conversar isso antes para saber se
567 existe esse interesse e a partir daí o DNOCS tomar essa decisão.

568 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA):** Vou fazer um comentário sobre isso, eu acho
569 que a gente precisa ter muito cuidado com esse assunto Luitgards, para evitar
570 que o objetivo, que me parece que é único, Nacional, tem que ter muito cuidado
571 com essa temática, o assunto é difícil, mas sempre tem alternativas. Eu acho
572 que o objetivo nosso aqui é de buscar alternativas. O doutor Teixeira propôs na
573 reunião passada ou retrasada na linha de trabalhar com esses termos de
574 cooperação conjuntos tentando buscar uma alternativa mais fácil para nós
575 podermos avançar. Eu estava aqui, participei dessa reunião, eu acho a proposta
576 que ele apresentou interessante. Você apresentou via secretaria executiva do
577 Conselho Nacional essa demanda que caiu numa câmara técnica do Conselho,
578 de cobrança, que foi para a câmara técnica institucional e legal, e agora essas
579 duas câmaras resolveram montar um grupo de trabalho. Você solicitou também
580 uma reunião com a direção da ANA nesse sentido, e a direção da ANA no meu
581 entendimento ela vai querer conversar com todos os estados também para
582 buscar uma alternativa que seja mais razoável e factível no sentido de construir
583 uma proposta técnica razoável que satisfaça a todos eventualmente na linha até
584 de construção de um plano de trabalho para uma operação e manutenção,
585 alguma coisa compartilhada. Acho que todos nós somos brasileiros e nosso
586 objetivo é esse de buscar essa alternativa, e logo logo a ANA com certeza vai
587 fazer uma reunião com os estados e também com o DNOCS para buscar
588 alternativas. Eu acho que esse assunto a gente pode tratar num outro fórum para
589 podermos avançar nele.

590 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Dérmeval o que você acha de
591 fazermos um grupo de trabalho só sobre esse assunto?

592 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Pode ser.

593 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** ANA poderia ser um grupo de
594 trabalho conjunto com o MI?

595 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA):** Pode ser também eu acho que o primeiro
596 passo que a ANA deverá dar nesse sentido é chamar os estados. E acho que aí
597 a gente pode chamar também o ministério da Integração, a Casa Civil para
598 depois na sequência conversar com o DNOCS no sentido de buscar, e reforço
599 mais uma vez o que eu falei, uma melhor alternativa que satisfaça a todos, acho
600 que esse que é o espírito né.

601 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Próximo assunto. Passo a palavra
602 ao Carlos Motta.

603 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** Só para dar um informe, não sei se é
604 de conhecimento de todos, acredito que já. A resolução sobre condições gerais
605 de prestação de serviço do PISF que a gente havia anunciado na última reunião

que ela entraria no ar em breve, já está no ar no site da ANA para consulta, para essa audiência pública e ela vai estar aberta até o dia 6 de novembro para contribuições. Já tem um período de uns 15 dias mais ou menos, e ela somada ao contrato ela dá o arcabouço da operação do PISF. Então alguns assuntos são tratados na resolução da ANA, outros são tratados no contrato, a gente tentou fazer essa separação, mas dá as regras do jogo. Quando a agente fez há algum tempo atrás a questão da tarifa a gente fez uma reunião em Pernambuco, a gente perguntou aos estados se gostariam de ter um momento lá para a gente passar pela resolução em detalhes, e a gente fez isso em Pernambuco. Eu estou colocando isso aqui, até consulto os estados que se quiserem, a gente está disposto a fazer uma reunião em um dos quatro estados, antes desse período, para poder ir lá e tirar algumas dúvidas para que a coisa possa andar e aprimorar a resolução antes do resultado final. Então a resolução está no ar e estou colocando essa notícia e que se os estados quiserem a gente pode ir até lá e fazer uma reunião de um dia apresentando em detalhes o que é tratado, qual a justificativa do porque a gente está propondo cada coisa, e abrir esse debate. É só marcar a data que a gente se dispõe. Nós vamos em um dia, em um local, como a gente fez um Pernambuco da última vez, até por questão de prazo, agenda e tudo, então o que vocês acharem melhor a gente vai.

SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI): Podia já marcar um estado e uma data.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB): A Paraíba concorda que seja em Pernambuco já que tem o convite aí, já fez a outra e deu certo.

O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA): Querem fechar uma data? Pode ser na semana que vem ou na próxima. Tem CNRH na semana de 31 e 1º se eu não me engano. 26 de outubro, quinta-feira? E todos os membros do conselho gestor que tiverem interesse em participar estão convidados. É um momento para tirar dúvidas e esclarecer a resolução e depois dá tempo de enviar os comentários.

O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI): Próximo, vamos discutir o Plano de Gestão Anual, que está sendo realizado em Oficinas na CODEVASF. Danielson vai falar sobre isso.

O SR. DANIELSON ARAUJO (CODEVASF): Bom, boa tarde, vou dar alguns informes com relação ao PGA, nós tivemos um dia ontem bem longo, com discussões em mais uma das oficinas, então dentro do nosso cronograma, já temos agora no próximo produto, que é o produto 10 que é a aplicação do primeiro PGA, dado que os estados já informaram a necessidade de utilização de água, e a gente está dentro do que estava previsto. Então agradecemos o envolvimento dos estados e a participação e também ao pessoal dos Comitês de Bacias, fundamental para essa construção, dado que é uma obra pioneira, de uma gestão complexa, muitos interesses, muitos atores envolvidos e assim a CODEVAF sozinha não vai construir sem o apoio de todo mundo, principalmente de quem está lá na ponta. Então a gente está dentro do cronograma previsto, e o próximo produto é exatamente a aplicação. Não sei se o Ministro já recebeu formalmente a resposta dos estados com relação a demanda. Sobretudo para o

650 Eixo Leste, seria importante que os estados, sobretudo Paraíba e Pernambuco
651 apresentassem respostas ao ofício do Ministério sobre a demanda.

652 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT-PB):** Já foi informado ao
653 Ministério oficialmente, ontem que era o último dia, apesar que o ofício dizia que
654 se que não tivesse resposta, seria a vazão máxima, a gente formou aquela vazão
655 ali. Eu estou com o ofício original aqui que foi enviado para o e-mail do Dr.
656 Luitgards ontem.

657 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** Desculpa, perdão, qual vazão, eu não
658 ouvi.

659 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT-PB):** A vazão máxima que
660 é 4,65

661 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** Vocês mantêm aquilo então?

662 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT-PB):** Isso no primeiro ano,
663 a previsão é de abril a dezembro. Se tivesse a certeza que ia chover, ninguém
664 tem né, a gente fez um exercício muito grande na Paraíba, para tentar reduzir a
665 vazão. Qual é a preocupação, a gente vai ter um custo estimado em R\$
666 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) por ano, isso representa quase
667 R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por mês, se a definição do estado for
668 realmente botar reajuste de tarifa, na tarifa de Companhia de Saneamento com
669 subsídio cruzado ou seja todo o estado pagando isso representa mais de 15%
670 por cento de reajuste de tarifa a ser dado para o início do próximo ano, fora o
671 reajuste que já seria normal da correção da empresa, talvez represente um
672 reajuste de 20% por cento. E aí evidentemente o estado sabe do risco que vai
673 correr de demandas judiciais, a população de João Pessoa, que tem 1/3 (um
674 terço) da população do estado não vai consumir diretamente água do PISF, mais
675 vai ter que pagar, e a gente, pelo menos até hoje, o estado não tem vislumbrado
676 outra situação para resolver isso. A Paraíba pelos menos está se fixando nesta
677 situação, porque é mais fácil você jogar 15% em cima da tarifa da Companhia
678 para distribuir para toda a população do estado como um item dentro daquela
679 linha que a gente discutiu de segurança hídrica para o estado, hoje João Pessoa
680 não consome, mas vai ter a capacidade de consumir no futuro, o rio chega até
681 João Pessoa. No Eixo Norte, as cidades do sertão do estado todas têm
682 problemas de abastecimento hoje exatamente pela falta também do Eixo Norte,
683 então há um sentimento pelo bem do estado em relação a esse problema pelo
684 qual passou Campina Grande, a gente acha que essa é a alternativa, porque
685 água para irrigação não dá para se cobrar tarifa, para se chegar nem próximo a
686 esse custo de quase R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) de reais por mês, então, a
687 gente fez um esforço para tentar reduzir aquela vazão, ao invés de 4,65 para 3
688 para com isso reduzir um pouco esse custo anual, mas, para esse próximo ano
689 não dá ainda, porque daí você iria daqui a pouco, a partir de abril se reduzir a
690 vazão, começar a ter a Barragem de Boqueirão diminuindo de nível, e aí com
691 aquele clima que tem na região de Campina Grande, a classe política toda
692 envolvida, achando que não era nem para tirar do racionamento, a ideia de
693 determinado grupo em Campina criou um nível de terror da população, que parte
694 da população, de certa forma, se colocou contraria ao fim do racionamento.

695 Imagina que só poderia sair do racionamento quando a barragem atingisse 98
696 milhões de metros cúbicos, chegou a 12 milhões, hoje está com 38 milhões, a
697 expectativa nossa é que em abril do próximo ano, a gente imagina que a partir
698 daí esteja tudo em ordem para se iniciar o pagamento e definir essa vazão de
699 4,65, a gente imagina que ela esteja acima de 50 milhões, mas com a garantia
700 de ter a água que está chegando de forma regular, pelo Eixo Leste, então, a
701 definiu ao menos por enquanto a vazão máxima para o estado.

702 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** O Ceará também
703 tem interesse na vazão máxima. Se tiver mais um pouco nós também queremos.

704 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** A gente tem algumas considerações
705 aqui. Na verdade, dentro do projeto, 90% do volume do Eixo Leste é Adutora do
706 Agreste, o Ramal do Agreste que não está pronto. Bom, eu tenho que passar por
707 escrito, mas de modo geral a gente separou por tipo de uso, que são as Adutoras
708 do Pajeú, a Adutora do Moxotó que leva a água para Custodia, e Adutora do
709 Moxotó-Arco Verde. Então, fizemos a projeção da demanda até 2021 como nos
710 foi solicitado. Tem uma questão aqui que diz respeito ao uso para irrigação, que
711 é aquele volume de água que iria para Poço da Cruz e Barra do Juá, a gente
712 está aguardando a realização dos testes. A gente já fez a nossa parte, viu lá
713 onde poderia fazer uma seção de monitoramento para medir vazão e tal, a gente
714 precisa da definição para realizar esse teste, não adianta a gente botar uma
715 vazão, se a gente não testar, se a gente não puder escalar as descargas
716 todas. O que já poderia ter sido feito com visita a campo, com trabalho de
717 gabinete, ou seja, com modelagem e tudo mais, já foi feito, a gente precisa de
718 fato é marcar essa operação de teste.

719 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Tinha algumas obras de proteção
720 de uma torre que a Prefeitura de Floresta ia fazer.

721 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Não veja, todos os possíveis
722 impactados foram advertidos. Vejam, quando chove não passa no rio também?
723 Então todos foram advertidos que iria haver o teste, o teste é uma coisa
724 transitória, vai acontecer até para se observar os possíveis impactos, não é
725 impacto direto para nenhuma estrutura, no caso deles o acesso né, eles estão
726 acostumado a atravessar o rio seco para fazer a manutenção da torre, agora vai
727 correr água, eles vão ter que procurar outro caminho de acesso, enfim, mas nada
728 impede que se faça esse teste, a gente não vai colocar uma demanda sem saber
729 como isso vai se comportar. Daquelas demandas anteriores, a gente tinha uma
730 prevista que ia para Poço da Cruz para atender uma Adutora, não faz sentido
731 porque a perda é tão grande e o volume dessa Adutora é tão pequeno que a
732 gente vai soltar 10 para pegar 0,1 então não faz o menor sentido, então foram
733 excluídas, mas isso aqui vai ser encaminhado. Tem uma questão que diz
734 respeito às comunidades rurais, as vilas produtivas do PBA certo, tem uma
735 demanda de água inclusive fornecida pelo próprio Ministério da Integração junto
736 com a ANA de 330 litros por segundos, veja o entendimento do estado, é que
737 essa demanda não pode ser debitada na conta do estado. Esses assentamentos
738 involuntários decorreram da obra, então fica esse questionamento, porque não
739 é uma demanda que foi colocada pelo estado, ela veio decorrente da obra. É
740 como, fazendo um paralelo, você desapropriar uma área para fazer uma obra

741 federal e querer que o estado pague pela indenização daqueles que foram
742 realocados por conta dessa transferência, então esse foi o entendimento em
743 relação a essa demanda.

744 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Deixa eu começar a responder,
745 com relação a Poço da Cruz e Barra do Juá os testes estão sendo programado.
746 O DNOCS já respondeu a nossa demanda sobre a segurança das Barragens, e
747 estamos fazendo uma programação desses testes. Com relação a irrigação e a
748 demanda dessas Vilas Rurais, estas Vilas estão tendo irrigação, e vão ter
749 produções que vão beneficiar o estado, o estado vai receber imposto, a
750 Prefeitura vai receber imposto sobre isso, acho que é justo que qualquer irrigante
751 que receba a água da Transposição tem que ser debitada na conta do estado,
752 senão quem vai pagar isso? A União que vai pagar o resto da vida isso?

753 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** É decorrente da obra, ou seja é o que
754 estou colocando aqui. Assentamento de pessoas que foram realocadas por
755 conta da obra. Existe aqui uma demanda para atendimento às Vilas Rurais que
756 estão naquelas áreas onde o estado atende mesmo, isso na verdade acaba
757 sendo demanda social que o estado paga para não receber nada, não tem
758 expectativa de que essas Vilas vão produzir alguma coisa que vai gerar... é
759 demanda social, isso aí o estado vai bancar. Então existe as Vilas Rurais aqui,
760 existe uma demanda do estado das comunidades rurais na ordem de 80
761 litros/segundo, 20 litros em 2019 e chegando a 80 litros em 2023. Agora essa
762 outra que foi resultante da obra, ou seja, da necessidade de retirada dessas
763 pessoas em decorrência da obra, nosso entendimento é de que não pode ser
764 debitado da conta do estado.

765 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Olha nós temos uma situação
766 similar em Itaparica que foi feito durante a construção, foi feita irrigação que a
767 CODEVASF opera hoje e que nós já temos várias demandas de órgão de
768 controle de que a CODEVASF não pode mais pagar, não pode continuar
769 pagando a conta de luz dele, e nós temos que solucionar. Essa solução lá da
770 água, vai de alguma forma beneficiar o estado, essas pessoas vão produzir,
771 estão em situação muito melhor, o estado recebeu escolas para essas pessoas,
772 o estado recebeu uma área irrigada, quer dizer quem vai ser beneficiado são as
773 pessoas, mas são as pessoas do estado, de uma certa forma também é um
774 benefício social para o estado.

775 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Olha, eu sugiro que se faça uma
776 conversa, eu não tenho delegação aqui para lhe colocar que essa demanda seja
777 debitada, mas o entendimento que me foi passado pelo estado é que essa
778 demanda não poderia ser computada na conta da água da Transposição que o
779 estado vai pagar. Só para você ter uma ideia, veja, as nossas comunidades
780 rurais que são atendidas ali, demandam 80 litros por segundo no horizonte de 4
781 anos. Você tem aqui uma demanda de 330 litros por segundos, em uma
782 Transposição daquele Eixo para o estado de 4, ou seja 10% desse valor, enfim,
783 não foi uma demanda que veio da necessidade do estado de abastecer essas
784 áreas. Se existe algum contra-argumento acho que se deve fazer uma
785 negociação com o estado, com o governo do estado nesse sentido, ou seja,
786 vocês apresentarem uma contra-posição a isso que está sendo colocado,

787 justificando enfim, eu acho que negociação sempre existe, o que estou trazendo
788 é um posicionamento dessa demanda, pois, quando a gente recebeu, ela estava
789 debitada para o estado de Pernambuco na conta da Transposição.

790 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Vamos fazer o seguinte, esse é
791 um assunto que seria mais ligado a Pernambuco e a União certo. Vamos marcar
792 umas reuniões com Pernambuco aqui no MI. Vamos marcar uma reunião com o
793 estado para discutir isso, o assunto realmente tem alguma coisa, mas é um
794 benefício social para o estado, essas pessoas vão crescer economicamente, vão
795 produzir muito mais coisas, você precisa ver a filmagem que a gente tem sobre
796 as pessoas que já estão nas vilas produzindo e gente que montou fabricas de
797 fornecer alimentos por causa dessa água.

798 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Bom, o que estou dizendo é o seguinte,
799 essa água é demanda social, se você cobrar por essa água, todo esse cenário
800 que você desenha ele não existe. Então assim, água da Transposição eu acho
801 que isso já ficou claro aqui na premissa de que o projeto ele tem que se bancar,
802 é a água cujo uso tem que ser bem escolhido para que haja capacidade de
803 pagamento, para sustentabilidade do projeto, é uma premissa. Então acho que
804 tem que ser feita essa avaliação. Tudo no mundo pode ser negociado, agora isso
805 aí tem que ser conversado, e o entendimento do estado é que não poderia ser
806 debitado da conta: primeiro na parcela de água que é destinada ao estado;
807 segundo o pagamento dessa água também. São duas coisas distintas, uma que
808 você está alocando essa água, então você estaria reduzindo a disponibilidade,
809 segundo o valor que vai ser gerado em função disso, são dois pontos que o
810 estado gostaria de discutir de fato com vocês.

811 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** O Marcelo sem prejuízo da
812 discussão, acho que o MI deve marcar, a gente deve negociar sem problema
813 algum, mas assim, só fazendo algumas ponderações, são cidadãos do estado,
814 não vieram de outro lugar, são do estado. Eles, se não recebem a água do PISF,
815 o estado poderia não atendê-los com um outro tipo de água, mas poderia atendê-
816 los com água mais cara.

817 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Ou mais barata.

818 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** talvez, mas acho que não,
819 porque elas são condicionantes da obra? Porque não têm sistema de
820 abastecimento, o PISF está passando tão perto que o órgão ambiental achou
821 por bem, olha tem água, água do PISF, então atende essas comunidades com
822 água do PISF, é isso, imaginando que não teria outra água mais barata, a outra
823 opção seria carro pipa que seria muito mais caro, e essa questão da
824 sustentabilidade, a maioria dos estados trabalha com, e eu não sou especialista,
825 trabalham com saneamento e subsídios cruzados, então com certeza tem
826 pessoas no estado, em todos os estados, não só os do Nordeste mas em todos
827 os estados do país que recebem água com um custo muito mais baixo do que
828 outros que recebem com um custo mais elevado porque tem um subsidio
829 cruzado de quem pode pagar mais e quem pode pagar menos. Então nada mais
830 seria do que um subsídio cruzado de outras pessoas do estado a esses
831 cidadãos. Mas fica complicado, mas novamente sem prejuízo da gente marcar a

832 reunião, mas fica complicado porque lá no Termo de Compromisso, e eu sempre
833 me prenho no Termo de Compromisso, a gente tem que tentar respeitá-lo na sua
834 integralidade, a União já fez o seu investimento, ela não pode assumir nenhum
835 custo de operação e manutenção, então não tem aonde alocar esse recurso da
836 União para isso, porque isso seria operação e manutenção, os estados têm que
837 repartir esse custo de alguma forma, mas como esses cidadãos são do estado,
838 o estado deveria pagar.

839 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Dermeval veja, é porque quando se
840 fala da questão, vamos dizer assim, argumentação abstrata, parece que nós
841 estamos sendo cruéis. Eu vou só colocar alguns números aqui, essas unidades
842 rurais aqui do (indecifrável) a demanda é 330 litros/segundos, eu estou com
843 demanda aqui para atender a cidade, por exemplo Adutora do Pajeú: 240, então
844 veja, não é pouca água, não é barato, e foi uma demanda gerada pela obra.
845 Você diz: olha, a União não tem como pagar. Tem que se olhar os números, tem
846 que sentar e discutir uma solução, partir do princípio que existe algum
847 impedimento ordem legal para isso, e querer repassar isso para o estado e
848 simplesmente dizer: ah porque as pessoas moram em Pernambuco... eu
849 entendo tudo isso, mas a gente tem que olhar isso aqui, friamente em cima dos
850 números, porque senão ótimo, vamos pegar os 4 m³/s que é de Pernambuco e
851 vamos distribuir para irrigação, a todo e qualquer uso que queira, estaríamos
852 contribuindo para o desenvolvimento social, as pessoas ficariam mais felizes,
853 alegria também é desenvolvimento social e tudo bem. Não! Isso é uma conta
854 que tem que ser pagar e essa conta é cara, e isso que estou dizendo essa água
855 não é para tudo, infelizmente, essa água não é para tudo e nem para todos, é
856 uma água dentro das premissas desse projeto que tem que banca, é uma água
857 cara e seu uso tem que ser muito bem pensado. É isso que estou dizendo, eu
858 estaria abrindo mão aqui, por exemplo, de fornecimento de água a três
859 município, por conta disso que veio dentro do projeto. Então veja, tem que ter
860 uma conversa a respeito disso, não é simplesmente debitar na conta do estado
861 e achar que está tudo bem, porque aquele assentamento é do estado de
862 Pernambuco, é isso que estou colocando. Acho que tem que haver uma
863 conversa com base realmente em números, na planilha, olhando o que se
864 impacta, de que forma isso tem que ser de alguma liquidado.

865 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Marcelo, meu último
866 argumento, que acho que você poderia levar em consideração, pra nossa
867 discussão mais a miúdo e bilateral sobre essa questão, é que a gente conversou,
868 na carta dos governadores inclusive estava a questão do da decorrência da
869 licença ambiental, e a gente chegou a um acordo que tudo que vier em
870 decorrência da instalação do empreendimento mesmo que seja postergado para
871 LO, existe essa possibilidade, as autoridades dos setores as vezes permitem
872 esse tipo de coisa, é da União. E tudo que tiver na licença de operação, que tem
873 obrigações da operação é dos estados. A gente já chegou a essa construção e
874 não queria voltar atrás disso. Então a instalação da infraestrutura necessária a
875 essas comunidades que recebem água é da União, já está na conta da União, o
876 fornecimento da água decorrente do PISF é uma condição da operação. É um
877 licenciamento ambiental decorrente de uma condicionante da licença de

878 operação, então é mais um argumento que reforça que seria do estado. Mas
879 vamos conversar.

880 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Só colocando que esse acordo diz
881 respeito a operação, ou seja, de que aquilo seria incorporado aos custos da
882 operação, é nesse sentido que foi feito o acordo, ou seja, o que foi resultante
883 dentro das exigências ambientais, eles seriam incorporados pela operação, isso
884 está imposto. E houve esse acordo de fato e a gente tem ciência disso. O que
885 estou dizendo é que a gente tem que conversar a respeito disso, você não pode
886 simplesmente jogar no colo do estado querer debitar porque quando você olha
887 o cenário de distribuição dessa água a quem ela contemplaria e os benefícios
888 que ela traria, isso tem uma decisão que tem que ser tomada. Onde de fato
889 coloco essa água para beneficiar. Que qualquer água que chegue em qualquer
890 condição a qualquer pessoa traz benefício, nós sabemos.

891 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** No limite Marcelo, a gente tem
892 que olhar com calma a licença e as condicionantes se o estado optar por não
893 fornecer água, a gente não fornece água, e dia: o estado não vai fornecer água
894 para vocês. Tem que ver se a condicionante permite isso.

895 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** É, tem que ser visto

896 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** É uma opção do estado.

897 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Tem que ser visto, o que está posto.

898 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** Pois é, sem querer
899 pegar carona da situação, mas já que foi pontuado agora eu gostaria de colocar
900 essa situação da Paraíba no Eixo Leste no final da reunião, mas já que o Marcelo
901 colocou, a gente tem outra situação e nesse caso da Paraíba já foi discutido
902 inclusive com Governador, ou seja, eu já estou falando em nome do Secretário
903 João Azevedo e do Governador do Estado, que a gente tem uma situação que a
904 ANA conhece muito bem, que o estado da Paraíba não tem condição de assumir
905 por exemplo o pagamento da água de irrigação dentro da Bacia do Açude de
906 Boqueirão. Talvez vocês não conhecem a situação, a situação é um pouco
907 diferente, realmente é uma exceção. Ao longo do Rio Paraíba todo trecho do Rio
908 Paraíba a Outorga, a responsabilidade é da AESA, dentro da Bacia do Açude do
909 Boqueirão a Outorga é dada pela ANA e a responsabilidade de fiscalização é da
910 ANA, então o estado não tem condições de pagar por essa água que é
911 Outorgada pela ANA, e com isso não quero dizer que se nega a pagar
912 simplesmente. O que é que o estado vem tentando ao longo desse período, já
913 que se trata de um rio estadual, o que é que a gente queria, que houvesse a
914 possibilidade da ANA delegar a responsabilidade pela fiscalização para o estado,
915 porque a gente sabe hoje, hoje como não está se pagando água, se imagina que
916 está sendo retirado para irrigação clandestina, sem autorização, porque existe
917 uma resolução conjunta da ANA com a AESA que permite uma retirada pequena
918 para irrigação de meio hectare, mas está sendo retirado clandestinamente
919 digamos em torno de 500 litros por segundo para irrigação, e isso pode aumentar
920 muito a medida que o açude vai subindo. Então o estado não tem competência
921 para fiscalizar, não pode fiscalizar, porque se for fiscalizar a ANA conhece bem
922 o assunto, o irrigante diz assim: não, isso aqui não é com vocês, é com a ANA.

923 O Açude é do DNOCS e a Bacia a responsabilidade pela Outorga e fiscalização
924 é da ANA. Então, o estado fica impotente para fiscalizar, então qual é a ideia do
925 estado, pelo Termo de Compromisso a Barragem vai passar para o estado, e ai
926 passando a propriedade para o estado fica tudo resolvido, que nesse caso a ANA
927 teria condição de delegar também essa fiscalização e controle para o estado.
928 Caso perdure e permaneça essa situação a gente fica impossibilitado de pagar
929 por essa água que é retirada para irrigação e a gente não tem controle sobre ela.
930 Se o controle passar para o estado, aí sim o estado vai dizer não, você tem direito
931 a 1 hectare, 2, 3, eu vou outorgar, vou ter o direito de fiscalizar e vou pagar pelo
932 que eu sei que realmente está saindo. Caso não seja possível, qual é a ideia do
933 estado já definida, se pagaria tudo o que é retirado ao longo do rio, ou seja, se
934 mediria a vazão na saída de Poções lá em Monteiro, mediria a vazão na entrada
935 do Açude, desconta tudo que é retirado para o estado para abastecimento de
936 Campina Grande e aqui, evidentemente descontando infiltração, evaporação,
937 etc. Agora o que é de irrigação clandestina ou mesmo legalizada que é
938 Outorgado e fiscalizado pela ANA o estado não tem condições de assumir. É um
939 pouco diferente da situação de Pernambuco, já no caso das vilas produtivas a
940 vazão é insignificante, no caso da Paraíba é um valor pequeno, e realmente no
941 caso de Pernambuco é um valor significativo 330 litros por segundos pesa muito
942 nessa conta, no nosso caso é um valor irrisório, só tem uma vila produtiva e
943 pequena, agora essa situação de Boqueirão, a ANA tem conhecimento disso, a
944 gente vem tentando a longo de todo esse tempo ter essa possibilidade de ser
945 delegado como é no Ceará por exemplo, eu não sei em que condições, mas
946 parece que a ANA informa que não é possível essa delegação para fiscalização
947 não, então tem essa dificuldade toda e a gente precisa ver se encontra uma
948 solução para esse caso específico, porque se fosse coisa pequena, vocês têm
949 visto a postura do estado, não tem feito questão por coisa pequena, e como
950 nenhum dos 4 na verdade, mas isso é uma coisa significativa e a gente é
951 impotente para resolver, a estrutura de fiscalização da ANA não tem condições
952 de realmente combater, porque é uma área que teve muita irrigação ao longo
953 desses pelo menos 12 anos que a gente não teve problema na Barragem, e é
954 uma irrigação bem sistematizada, forte, são irrigantes fortes, parte deles são
955 inclusive pernambucanos de empresas, e eles usam a água clandestinamente e
956 a ANA não tem estrutura para conseguir a fiscalização devida nesse caso.

957 **O SR. ÂNGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (DNOCS):** Eu queria só
958 complementar o que o Dr. Deusdete acabou de falar, eu acredito que em até 90
959 dias o DNOCS está concluindo todo o levantamento da área do entorno do
960 Boqueirão exatamente para resolver isso aí, e isso está judicializado e o DNOCS
961 vai passar todo esse cadastro para o juiz e o juiz tomará toda providencia em
962 relação a isso. Quer dizer é tão grave essa ocupação indevida e esse uso
963 indevido de água, que o Ministério Público junto com Justiça Federal acionou o
964 DNOCS como proprietário e a gente até os 90 dias entregará toda essa
965 documentação, creio que o problema em parte será resolvido.

966 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA):** Eu só queria fazer um comentário rápido aqui
967 Deusdete. Nós temos essa resolução conjunta, a 1292, sobre o Boqueirão, para
968 deixar claro isso aqui. Você falou 500 litros por segundos em torno do Boqueirão,
969 eu acho que não está acontecendo isso, e eu não vou ficar especulando sobre

970 isso. Conhece a especulação que o Ministério Público lá atrás veio nos
971 questionar sobre isso e segundo os nossos dados levantados por imagem de
972 satélite, isso não é fato. Seja ao longo dos 120 quilômetros ao longo do leito do
973 rio Paraíba, que a área irrigada lá não passa de 100 a 110 hectares, seja no
974 entorno do Boqueirão que a área também não passa de 80 hectares e isso a
975 gente tem fiscalizado. Semana retrasada a gente foi a campo fiscalizar também.
976 No caso do Ceará a gente delegou a Outorga do direito de uso, meu sonho é
977 que a gente possa delegar a fiscalização também. A gente está tentando buscar
978 essa alternativa em um projeto de lei que está em andamento, que eu acho que
979 quem delega Outorga de ter poder de delegar também essa fiscalização. E
980 Ângelo, acho que era bom a gente conversar, mais uma vez eu vou te pedir para
981 a gente conversar sobre esse assunto de Boqueirão, porque a gente está
982 passando uma informação que em tese está dando munição para o inimigo. Não
983 é isso que está acontecendo, não é uso clandestino, nós fizemos uma resolução
984 de meio hectare para agricultura de subsistência, bem trabalhada, bem
985 construída com todos os irrigantes do entorno do Açude Boqueirão e do leito do
986 Rio Paraíba. Eu acho que a gente precisa antes de tomar uma medida, conversar
987 longamente sobre as coisas que estão acontecendo efetivamente, porque a
988 gente tem controle disso.

989 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** Bom rapidamente.
990 A fiscalização que vocês fizeram recentemente foi inclusive uma solicitação
991 reiterada por parte da AESA que tem notado que há um aumento significativo da
992 irrigação se não houver esse controle de fiscalização. Tanto é que a medida que
993 a ANA chegou com a fiscalização houve um acréscimo de aumento de volume
994 no Açude, a gente tem esse dado ai, mas pode ser 500, pode ser 300, pode ser
995 200, mas se não houver essa definição exatamente de que o estado possa ter o
996 controle sobre isso, Outorgar, fiscalizar, caso não haja essa Outorga e se houver
997 uma fiscalização seria uma vazão pequena se ficasse limitado aquele meio
998 hectare de terra isso ai o estado assume, inclusive está assumindo ao longo de
999 todo o percurso do rio. A gente só queria ter essa decisão em relação a Bacia do
1000 Açude Boqueirão, é basicamente. E se houver essa alternativa de mais à frente
1001 a ANA ter condições de delegar a AESA essa fiscalização o estado assume
1002 completamente evaporação, infiltração ao longo do rio, 120 quilômetros isso ai
1003 está assumido. A grande dificuldade é essa irrigação na Bacia do Boqueirão,
1004 porque a gente não tem controle sobre ela, pode ser coisa pequena, mas que
1005 pode aumentar muito caso não haja uma fiscalização intensa.

1006 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA):** Me deixa só fazer um comentário, Deusdete
1007 a gente precisa traçar um marco regulatório da operação do sistema PISF com
1008 relação aos respectivos níveis d'água do Boqueirão, entendeu? O PISF não é
1009 para encher Açude e nós precisamos saber marcos regulatórios com estados
1010 hidrológicos distintos de tal forma que a gente tenha níveis que a gente possa
1011 vir acionar o PISF para diversos usos, estabelecendo níveis distintos para usos
1012 distintos. É isso que eu acho que precisamos fazer em conjunto com a Paraíba.

1013 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Só
1014 complementando aí Rodrigo, a gente, na nossa delegação, nós fizemos um
1015 acordo de gestão, onde um dos compromissos assumidos pelo estado é que a

1016 gente emita relatórios dessa situação para Agência Nacional de Águas e nós
1017 temos utilizado muito o mecanismo de denuncia qualificada, e isso tem gerado
1018 várias multas, e a ANA tem agido nesse sentido.

1019 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA):** Você está falando da denúncia qualificada,
1020 é isso? A gente tem esse instrumento. A gente vem discutindo com Dr. João
1021 Fernandes sobre essa história de delegação e a questão de delegação precisa
1022 também que o delegado tenha estrutura para receber tudo isso. Esse é um
1023 assunto que está em pauta.

1024 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (SERHMACT – PB):** Exatamente, eu
1025 entendo, mas o que estou dizendo, que se foi delegado e o estado não tiver
1026 estrutura para fiscalizar, eu acho que o estado assume a conta sozinho. A
1027 preocupação é que da forma que está, é complicado para o estado assumir e
1028 não ter controle sobre aquilo. É só isso, e quanto essa questão de definir níveis,
1029 isso é lógico que vai se fazer, a gente não está tratado disso agora, a intenção
1030 nossa inclusive era de ver se reduzir o máximo essa vazão agora, ninguém está
1031 querendo encher o Açude com água do PISF, até porque a gente está vendo, eu
1032 citei aqui o montante que é, a preocupação nossa é exatamente com a situação
1033 da região toda de Campina e etc, que depende daquela água, e se a gente
1034 reduzir demais esse pedido de vazão para o primeiro ano você teria o risco da
1035 Barragem abaixar, uma Barragem que tem 450.000.000, está com 36.000.000
1036 m³.

1037 **O SR. VALMIR PEDROSA (CBHSF):** Eu sou Valmir Pedrosa, eu represento o
1038 CBH São Francisco aqui, sei que é sempre arriscado comentar algo que já vern
1039 sendo, mas eu vou me arriscar aqui. Eu tenho participado da reunião na
1040 CODEVASF e na entrega dos produtos parciais e totais da FGV, eu tenho
1041 apreendido bastante sobre o que a FGV vem propondo para CODEVASF gerir
1042 essa gigantesca obra, e o que eu tenho de comentário a fazer é o seguinte: tenho
1043 visto na CODEVASF uma equipe competente, dedicada e apaixonada pelo PISF,
1044 assim como eu também sou uma pessoa inclinada desde o início a entender
1045 essa obra magnífica e importante que é indispensável para essa parte do Brasil.
1046 Eu acho que a gente tem um grande trunfo nas mãos e ao mesmo tempo um
1047 complexo sistema a ser gerir, então eu queria só da minha parte fazer algum tipo
1048 de contribuição. É o seguinte, é a necessidade do fortalecimento da
1049 infraestrutura e do pessoal da CODEVASF para junto com o Ministério enfrentar
1050 esse desafio, eu acho que todos aqui estão conscientes disso aí, vejo uma
1051 equipe extremamente capaz, agora percebo, e se eu estiver errado me desculpe,
1052 mas a minha opinião é que a equipe precisa de mais gente para tocar esse
1053 assunto. Eu vou dar um exemplo bem prático, eu estive em Nilo Coelho, que é
1054 um modelo exitoso de irrigação, são Centros de Canais com 20 mil hectares. Lá
1055 tem 190 pessoas, para fazer o Nilo Coelho funcionar. E o Nilo Coelho sobrevive
1056 com a tarifa da água, aquela turma ali é essencial desde o motorista ao vigia
1057 como o eletromecânico. Então isso transpõe para a Transposição, o PISF, da
1058 dimensão da equipe necessária e eu vejo pontos assim muito iniciais que tem
1059 que ser desenvolvidos, por exemplo, essa obra vai ter que ser financiada pela
1060 tarifa, como também falaram aqui, a gente debateu ontem na reunião lá na
1061 CODEVASF que há um debate que ainda não se sabe se por exemplo o ICMS

1062 será inserido na tarifa de energia elétrica, se o PIS, se o CONFINS, se o CSLL
1063 e outras, então eu quero só dar um depoimento de que enxergo todo mundo aqui
1064 envolvido nessa obra com grande esforço, acho que isso ninguém contesta, é
1065 uma obra indispensável, agora meu depoimento de contribuição é que é preciso
1066 que a CODEVASF seja ainda mais aportada com equipe, com recursos para que
1067 ela cumpra com essa missão que ela quer cumprir e eu sinto que é uma equipe
1068 dedicada e competente, mas que tem um desafio gigante nas mãos, talvez seja
1069 a obra mais complexa do Brasil, talvez a gente criou a obra mais complexa do
1070 Brasil pelo temas que os senhores e senhoras já estão aqui debatendo, que não
1071 vou reprimir nenhum deles, então meu depoimento é que a CODEVASF receba
1072 do Governo Federal a atenção necessária para que a CODEVASF cumpra com
1073 a missão. Eu sei que o esforço está sendo feito, sei da crise brasileira, mas é
1074 uma contribuição minha para ver que essa obra se cumpra com a missão e ela
1075 já cumpriu e vai cumprir por muitos anos, obrigado.

1076 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Só respondendo a CODEVASF
1077 está em reunião com a Casa Civil e com o Planejamento já para reforçar sua
1078 equipe de operação do PISF. Então já existe um estudo nesse sentido, a
1079 CODEVASF está apresentando, nós estamos discutindo esse assunto.

1080 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Só o Rio
1081 Grande do Norte não falou ainda.

1082 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Exatamente eu ia ver qual é a
1083 demanda do Rio Grande do Norte.

1084 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Eu estou
1085 superado de água, mas não vou comentar sobre outros assuntos aqui porque eu
1086 vou colocar Pernambuco numa situação meio complicada nessa reunião. Mas
1087 vamos tratar aqui do principal, então a gente vai para demanda máxima
1088 requerida que é 2,95 m³/s. Então a gente espera ainda e continua esperando do
1089 Ministério da Integração como vai ser feita a medição no nosso ponto de
1090 monitoramento de vazão contínua na divisa entre o estado do Rio Grande do
1091 Norte e Paraíba, e principalmente, na verdade acho que interessa muito a
1092 Paraíba e a ANA, a questão do monitoramento dessa água quando sai de
1093 Engenheiro Ávidos e chega até a fronteira. Porque obviamente que se o meu
1094 ponto de monitoramento de vazão continua estiver bem posicionado, o que
1095 entrar vai ser medido, calculado e aí isso de fato é o que estar nos termos do
1096 contrato. Só lembrando que o Rio Grande do Norte é o último que recebe as
1097 água, a gente não espera água antes do 2º semestre do ano que vem, acho
1098 que possivelmente na estiagem de 2018 que as obras se concluam dentro dos
1099 prazos que o Ministério está nos passando, que é janeiro do ano que vem, é isso
1100 Luitgards? Estamos com esse prazo de conclusão?

1101 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O prazo que nós estamos
1102 batalhando, como houve atraso na licitação, o prazo da empresa é maio ou
1103 junho, eu não me lembro direito, que são 12 meses a partir da ordem de serviço.
1104 Nós estamos trabalhando para agilizar isso e tentar fechar até o final de janeiro
1105 água em Jati. Aí ela sairia para o Ceará e teria que preencher os novos
1106 reservatórios até chegar na saída de Morros e Caiçaras.

1107 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Nossa
1108 perspectiva seria para 2019 então.

1109 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** É.

1110 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Então não
1111 temos muita preocupação, de qualquer maneira se for possível chegar ao nível
1112 de 2,95 a gente via ficar muito feliz.

1113 **O SR. DANIELSON ARAUJO (CODEVASF):** Bom, agora para tratar um de tema
1114 menos indigesto, vamos falar um pouco sobre compra de energia, que é um
1115 assunto extremamente simples. Então eu fiz uma pequena apresentação com
1116 breves cenários e também agradeço ao colega do Comitê da Bacia Hidrográfica
1117 doadora que realmente temos esse desafio, mas a CODEVASF por enquanto só
1118 tem as unhas, mas um dia ela vai ter o resto do corpo. (Primeiro slide) Aqui vou
1119 fazer apenas um sumário, um breve histórico do nosso consumo de energia, falar
1120 um pouco sobre chuva e armazenamento que isso tem impacto direto no valor
1121 da compra de energia, algumas projeções da CCE e o que a gente já tem como
1122 nova aquisição e alguns cenários. (Segundo slide) O histórico agora, bom aqui
1123 já são algumas atividades que a gente já executou, na verdade é uma série de
1124 habilitações, autorizações, contratos e celebrações de garantias, já realizamos
1125 cinco leilões de energia e estamos agora exatamente no último que é para
1126 contratação do ano de 2018 que por sinal é o segundo a se realizar em 2017.
1127 Apenas frisar que a CODEVASF é a primeira empresa pública totalmente
1128 independente, consumidor livre do mercado de energia. (Terceiro slide) Então
1129 aqui um período, desde o início da operação dos testes, dos condicionamentos
1130 em outubro de 2014 até dezembro de 2017, então a gente tem um valor de
1131 energia contratada, um volume de energia consumida, valor total com o ICMS
1132 de R\$ 117.000.000, valor total do ICMS recolhido, existe um crédito junto a CCE.
1133 Pra explicar aos senhores, a diferença entre a energia contratada e a energia
1134 consumida é liquidada no mercado livre e retorna em crédito, então o crédito é
1135 aquele na CCE. Esse crédito ele pode estar dentro da CCE para ajustes e
1136 inadimplência ou ele pode estar na conta do Bradesco, na conta da CODEVASF.
1137 Então existem esses 2 créditos que você pode utilizar, então ele é utilizado pela
1138 CODEVASF como uma contingência, quando que a gente utilizou pela primeira
1139 vez a contingência, nós usamos a primeira vez a contingência ne desse crédito,
1140 exatamente no período de janeiro, fevereiro, março e abril de 2017, porque o
1141 volume de energia contratado era menor do que a energia consumida, então foi
1142 necessário utilizar esse crédito, mas esse crédito já foi reposto e hoje esse
1143 crédito é a situação de outubro, então qual foi o maior valor contratado até hoje,
1144 R\$ 790,00 MW/h em novembro de 2014 e o menor valor R\$ 185,00 de julho a
1145 dezembro de 2015. Para os senhores observarem a variação que pode ocorrer
1146 nesse modelo, e atentem para 2014 porque lá na frente vocês vão entender onde
1147 a gente pode chegar. O valor médio desde outubro até dezembro foi em torno
1148 de R\$ 301,00 MW/h. (Quarto slide) Agora vamos falar um pouquinho sobre chuva
1149 e armazenamento, que são dados retirados do relatório chamado Informe CCE,
1150 de ontem de 18 de outubro, e aqui alguns dados, então observamos o seguinte,
1151 do ponto de vista geográfico o Brasil é dividido em 5 regiões, mas no ponto de
1152 vista energético o Brasil é dividido em 4, existe a região Norte, Nordeste, Sul e

1153 Centro-Oeste/Sudeste, 70% da geração hidráulica está na região Sul/Sudeste e
1154 obviamente 70% do consumo, então o que define em boa parte o preço dos
1155 demais mercado, é sobretudo a geração hidráulica nos mercados
1156 Sudeste/Centro-Oeste e obviamente o consumo. Então ali é um retrato de como
1157 está a previsão de chuva no período dessa semana, até amanhã. (Quinto slide)
1158 Essa é uma previsão para semana que vem, já tem alguma coisa melhor,
1159 sobretudo para nós aqui em Brasília, já tem uma corzinha diferente ali, então
1160 isso é uma primeira expectativa. Então tudo isso do informa-CCE onde nós
1161 somos um dos agentes, então temos acesso a uma série de relatórios,
1162 diagnósticos, posições, então extraímos tudo isso de lá. (Sexto slide) Então
1163 devemos observar o seguinte, esse é o histórico de armazenamento do sistema
1164 interligado nacional, observar o seguinte essa curvinha azul, esse fundo azul,
1165 são os limites, isso aí foi o maior limite e o menor limite de 1995 até 2016. Aquela
1166 curva preta é a curva de acumulação em 2017. Observar que a curva que está
1167 no final do gráfico - novembro e dezembro, a curva imediatamente superior é o
1168 pior do cenário que é 2014, então o que pode acontecer, espero que não
1169 aconteça, mas pode acontecer, que no final do período seco e no início do
1170 período úmido, que seria novembro e dezembro, a gente vai estar com a menor
1171 acumulação de água já registrada, então esse é o grande risco, a gente pode
1172 chegar ali em torno de 15,8% e 18,8%, então esse é o menor do histórico, então
1173 esse vai ser o pior do histórico de 2017. E o que isso impacta? Em contra ponto
1174 aquela curva lá de cima é o melhor do histórico de 2009, para vocês verem a
1175 diferença que nós estamos de 2009 para 2017. (Sétimo slide) Aqui as projeções
1176 da CCE e aqui a CCE sempre coloca em seus relatórios que não cabe atribuir a
1177 CCE qualquer responsabilidade de tomada de decisões administrativas e
1178 empresariais relacionadas ao tema, ou seja, a decisão final é do usuário, do
1179 comercializador, do gerador e assim por diante. E ela fala assim porque como
1180 os modelos são baseados em previsões climatológicas isso pode mudar a
1181 qualquer momento, então o que pode ser um momento bom para compra hoje,
1182 pode não ser daqui a meia hora, pode ser na semana que vem, e assim por
1183 diante, então, responsabilidade aqui é totalmente do usuário no caso. (Oitavo
1184 slide) Aqui tem uma previsão como eu tinha falado para vocês nosso
1185 submercado de atuação é o Nordeste, então a previsão para 2017 fica em torno
1186 de R\$ 372 MW/h e a projeção de novembro e dezembro em torno de R\$ 491
1187 MW/h, isso é previsão, espero que não se confirme. Para setembro, (inaudível)
1188 outubro e a projeção para o mês de outubro, a expectativa é que fique no teto
1189 R\$ 533 MW/h. (Nono slide) Aqui é uma projeção do PLD do nosso submercado
1190 Nordeste, então a expectativa se vocês observarem é que existe um pico e
1191 dependendo do modelo pode estourar inclusive o PLD, é uma previsão um dos
1192 modelos, e o outro modelo está no teto do PLD, mas a previsão para 2018 é um
1193 pouco esperançosa vamos dizer assim. Mas tem que se frisar que normalmente
1194 as previsões da CCE não são cumpridas, não são atendidas. Ali em junho de
1195 2017 a gente teve uma queda acentuada, não esperada inclusive, uma coisa que
1196 furou completamente o modelo, e foi para R\$ 144 MW/h, inesperado. Bom, a
1197 média prevista para 2018 está em torno de R\$ 222 MW/h, essa é a expectativa.
1198 (Décimo slide) Aí tem um resumo mês a mês com a previsão do PLD então esse
1199 é o nosso preço, vamos dizer assim, o teto de referência, não quer dizer que a
1200 nossa contratação vá entrar em linha com isso, ela pode ser uma posição de

mercado, que não afeta a posição do CCE, então ela normalmente é diferente disso. (Décimo primeiro slide) Então vamos lá, nova aquisição e de cenário, então a gente fez uma demanda para o Ministério, para que nos informassem, pois existem 2 etapas bem distintas, existe uma etapa de pré-operação do Eixo Leste e uma etapa de obra em implantação no Eixo Norte, que são coisas bem distintas. Obviamente a contratação é feita de uma maneira só, num pacote só, que a gente costuma comprar, porque a gente compra no atacado, quando maior o volume, maior é o desconto, então a gente dividiu os produtos em dois, o primeiro produto: novembro e dezembro, e é apenas um complementar de um contrato que a gente já tem, e o segundo produto: é de janeiro a dezembro que é aquela quantidade de energia, destacar que no produto 2, a maior parte, praticamente 70% para o Eixo Norte e o restante para o Eixo Leste em pré-operação, então o grande volume de energia a ser contratado de fato é para enchimento dos reservatórios, das estruturas do Eixo Norte. (Décimo segundo slide) Aí fizemos quatro cenários de contratação, a média do PLD para 2018, previsão, o cenário B é o cenário que nós temos contratado – R\$ 275, cenário C é uma expectativa de preço médio para 2018 de mercado em torno de R\$ 311,00, e o D é o teto do PLD, então tirando as 2 extremidades: o cenário A e o cenário D, então a gente vai entrar em alguma dessas situações, o valor deve estar próximo disso aí, então isso tem um valor estimado do que está lá, desconsiderando tanto o Eixo Norte como Eixo Leste. Apenas um detalhe para o Eixo Leste, os mesmos cenários, então essa é uma previsão estimada com o custo de energia apenas para o Eixo Leste. Então vamos deixar claro que não é o momento favorável para compra de energia, dado tudo que está acontecendo, mas é um tema que a gente vai ter que ficar constantemente acompanhando, monitorando. Inclusive eu gostaria de pedir o apoio aqui ao Ministério de Minas e Energia, já que é um tema que está sendo colocado na revisão do modelo energético brasileiro, porque é o seguinte o PISF como um consumidor livre de um projeto social, não caberia a ele pagar por exemplo financiamento do CDE e PROINFA, então seria uma maneira do Ministério de Minas e Energia conseguir algum tipo de isenção, algum de tipo de especialização do PISF dada a sua natureza social, então, não faz sentido o PISF, o Projeto São Francisco, estar financiando aqui, gerador privado, projetos de irrigação, projetos de implantação e tudo mais, então caberia, dado o momento agora dessa revisão no setor que o PISF fosse excepcionalizado, então gostaria de pedir o apoio aqui ao pessoal do Minas e Energia, obviamente com o de acordo dos membros do Conselho, para que eles nos auxiliassem a fazer isso, porque isso impacta na tarifa, é um encargo a menos a ser pago, então eu gostaria de deixar essa sugestão aqui, para que se fosse o caso termos reuniões com o Ministério de Minas e Energia para dizer qual é a nossa situação, como é que a gente pode ser enquadrado, qual o caminho que a gente pode buscar, bom, era isso que eu queria mostrar em relação a Minas e Energia.

O SR. RENATO DALLA LANA (MME): Essa questão da excepcionalização poderia ser formalizada por meio de um ofício para que o Ministério de Minas e Energia avaliasse junto aos órgãos que definem a estrutura tarifária, e verificasse se existe essa possibilidade de redução desses encargos, mas seria a forma de oficializarmos.

1248 **O SR. MARCELOASFORA (APAC-PE):** Só uma sugestão, lembrando do papel
1249 desse Comitê aqui que é definir diretrizes e deliberar sobre o Projeto, a sua
1250 operação e tudo mais. Considerando a importância, o peso que tem o custo de
1251 energia dentro desse projeto, acho que essa demanda teria que sair a partir
1252 desse conselho aqui, existem esses que já foram colocados por ele, estava até
1253 lembrando que existe a tarifa verde que se aplica a agricultura, que o custo de
1254 energia é bem mais barato. Dentro dessas discussões existe um leque de
1255 possibilidades para a gente ter um custo de energia mais adequado para o
1256 projeto. Agora eu acho que isso não seria nem a CODEVASF a colocar, ela é
1257 operadora, eu acho que isso teria que ter uma demanda desse Conselho, já que
1258 tem aqui os representantes dos estados e das outras instâncias, que deliberam,
1259 que tratam das questões de sustentabilidade desse projeto, da operação e da
1260 sustentabilidade desse projeto. Então eu gostaria de fazer uma proposta que se
1261 faça a partir daqui um ofício, assinado por todos os representantes aqui desse
1262 conselho, para ser encaminhado esse pedido oficialmente.

1263 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Para facilitar eu gostaria da
1264 aprovação formal de todos os membros e sairia assinada por nós aqui e pelo
1265 Presidente do Conselho encaminhando tendo sido aprovado por todos os
1266 membros.

1267 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Sugestão que seria para o Ministro de
1268 Minas e Energia.

1269 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Certo.

1270 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Encaminharia internamente para quem
1271 de direito

1272 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eu vou inclusive solicitar que o
1273 meu o Ministro faça o encaminhamento ao Ministro de Minas e Energia de uma
1274 nota técnica nossa. Agora gostaria de colocar em votação certo.

1275 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Fico feliz
1276 pela posição da CODEVASF que tem se mostrado preocupada com a questão
1277 da tarifa. Já que ela é a principal afetada no caso de inadimplência. Se as tarifas
1278 estiverem muito altas, há possibilidade de inadimplência. Então fico feliz pela
1279 CODEVASF, e sugeriria, inclusive Dr. Luitgards, que se discutisse junto ao
1280 Ministro a possibilidade de alterar o decreto incorporando a CODEVASF ao
1281 Conselho Gestor do PISF, acho que seria interessante que a CODEVASF fosse
1282 parte, membro do Conselho Gestor. Então é uma opinião, e caso seja possível
1283 também eu queria deixar formalizado na ATA esse pedido da gente e acho que
1284 os outros estados concordam com isso já que várias discussões estão
1285 acontecendo na CODEVASF, então é necessário que ela esteja aqui no
1286 Conselho, inclusive para repassar o que é discutido lá para o Conselho, para
1287 todos terem acesso a essas informações, repassado o que eles discutiram lá no
1288 Conselho para todos poderem ter acesso a essas informações.

1289 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Nós vamos encaminhar essa
1290 solicitação sua também ao Ministro, porque parece que a Portaria que criou o
1291 Conselho...

1292 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** O Ministro
1293 nomeia, mas o decreto é que estabelece quem compõe, quais são as
1294 instituições, quem são os órgãos participantes.

1295 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Então tem que encaminhar para
1296 a Casa Civil o pedido disso.

1297 **O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA (SEMARH-RN):** Tem que
1298 alterar o próprio decreto.

1299 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Nós encaminharemos um pedido
1300 a Casa Civil, e ela avariará e se for o caso sairia um decreto, agora vamos
1301 colocar em votação. Minas e Energia quer falar.

1302 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Mais uma questãozinha que acho
1303 fundamental, eu entendo que os encargos eles contribuem, eles podem ser
1304 flexibilizados, ou tem a questão social também do projeto, mas eu acho que uma
1305 coisa fundamental para reduzir a tarifa do PISF, é identificar claramente qual é a
1306 demanda futura dos vários eixos e com isso você tem uma previsão de
1307 contratação de longo de prazo e aí você vai contratar por steps e isso você pode
1308 negociar no mercado de contratação, então isso vai te dar um ganho muito
1309 grande. É necessário, sei que é difícil coordenar o cronograma da obra e o
1310 consumo que vai ter nos vários eixos, mas vocês têm que fazer essa previsão
1311 pelo menos para 4 ou 5 anos, e ter uma contratação nesse período mais longo,
1312 e aí isso vai te dar um valor bem mais baixo de contratação, porque as empresas,
1313 elas tem energia para vender, mas não é agora, então futuramente ela já tem o
1314 interesse em vender porque os empreendimentos de geração estão sendo
1315 concluídos e tem uma previsão de entrada em operação, então o interesse é
1316 mútuo. Quem tem geração procura cargas, então é nesse sentido.

1317 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Ok. Então colocando em votação,
1318 simbolicamente, quem for contrário a proposição de encaminhamento ao
1319 Ministério de Minas e Energia dessa proposta, que se levante ou se pronuncie.
1320 Aprovado por unanimidade, então vamos fazer o encaminhamento.

1321 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** Rapidamente, me chamou a atenção
1322 a quantidade de energia que você está comprando para o Eixo Norte comparado
1323 com o Eixo Leste, pode explicar o porquê disso.

1324 **O SR. DANIELSON ARAUJO (CODEVASF):** A gente trabalha com o seguinte,
1325 um terço (1/3) da energia para o Eixo Leste e dois terços (2/3) para o Eixo Norte,
1326 dado o seguinte, que essa energia agora, é energia para enchimento dos
1327 reservatórios, enchimento dos sistemas, então a gente tem água hoje até a EBI-
1328 2, então a gente tem um caminho longo até chegar em Engenheiro Ávidos, e
1329 sobretudo porque os reservatórios são de portes realmente consideráveis, Jati,
1330 Atalho, aquela região Boi-1, Boi-2, então essa energia agora é maior. Na
1331 verdade, isso também aconteceu no Eixo Leste, o maior volume de energia foi
1332 usado exatamente em janeiro, fevereiro e março que foi enchimento do sistema,
1333 então você enche o sistema, que é o que está sendo feito agora no Eixo Norte,
1334 e depois você só vai manter o sistema. Inclusive essa energia de enchimento é
1335 uma energia que está dentro da implantação da obra. Então fui bastante claro,
1336 aquela energia do Eixo Norte é energia de implantação da obra, ela está dentro

1337 e vinculada a obra, a energia do Eixo Lesta não, a energia do Eixo Leste já é
1338 energia de fato do PGA do Eixo Leste, então por isso o volume é maior, bem
1339 maior e bem considerável.

1340 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Alguém tem mais algum assunto
1341 que gostaria de propor. Nós temos uma previsão da próxima reunião ser dia 21
1342 novembro, mas existe uma possibilidade de ser adiada para o dia 22 em função
1343 de uma reunião Ministerial que está sendo organizada ainda.

1344 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** Eu vou para Pernambuco semana que
1345 vem para reunião sobre resolução de condições gerais.

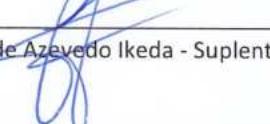
1346 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Todos os estados, em
1347 Pernambuco semana que vem, no dia 26. E Pernambuco também vai ter uma
1348 reunião aqui, que a gente vai tratar dessa questão do VPR, mas nós vamos
1349 agendar direitinho com calma, então vamos ligar e marcar.

1350 **O SR. MARCELO ASFORA (APAC-PE):** Só uma sugestão, nem precisa constar
1351 em Ata não, tem aquelas oficinas que a CODEVASF está organizando, essas
1352 oficinas do PGA, sempre tentar conciliar para ser como agora, um dia antes
1353 dessa reunião, porque, os custos estão altos de passagens, é difícil conseguir
1354 vôo em horário adequado, então reunião de um dia, a gente acaba vindo no dia
1355 anterior, e se conseguir colocar 2 eventos seguidos a gente consegue otimizar
1356 isso, só uma sugestão.

1357 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Está encerrada a reunião.


Antônio Luitgards Moura - Titular

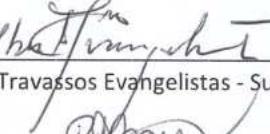
Marcel Olivi Gonzaga Barbosa - Suplente


Jimmu de Azevedo Ikeda - Suplente

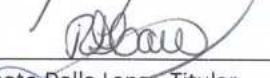
Sérgio Antônio Gonçalves - Titular

Marcelo Senna Valle Pioto - Titular

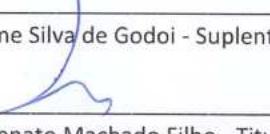
Renato Saraiva Ferreira - Suplente


João Alberto Travassos Evangelistas - Suplente

Dermeval da Silva Júnior - Titular


Renato Dalla Lana - Titular

David Meister - Suplente

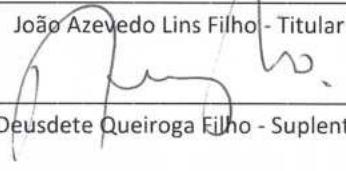

Guilherme Silva de Godoi - Suplente

Francisco José Coelho Teixeira - Titular


Manoel Renato Machado Filho - Titular

João Lucio Faias de Oliveira - Suplente

João Azevedo Lins Filho - Titular


Deusdete Queiroga Filho - Suplente

Mário Cavalcanti - Titular

Marcelo Cauas Asfora - Suplente

José Mairton Figueiredo de França - Titular

Josivan Cardoso Moreno - Suplente

Anivaldo de Miranda Pinto - Titular

José Maciel Nunes de Oliveira - Suplente

Marcos Maciel Torres - Titular

Elias da Silva - Suplente



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

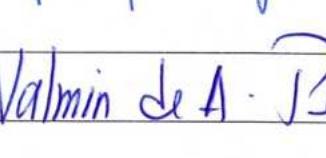
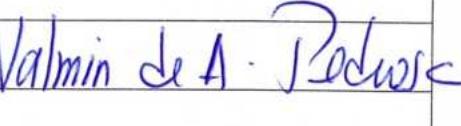
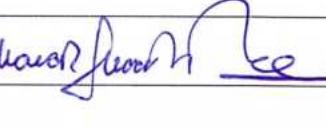
Lista de Conselheiros- 7ª Reunião Ordinária

Data: 19-10-2017

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6º Andar-sala 605

Órgão	Conselheiro	Titular/Suplente	Telefone	E-mail	Assinatura
MI	Antônio Luitgards Moura	Titular	(61)2034-5564	antonio.moura@integracao.gov.br	
	Jimmu de Azevedo Ikeda	Suplente	(61)2034-5539	jimmu.ikeda@integracao.gov.br	
MF	Marcelo Senna Valle Pioto	Titular	(61) 3412-1475	marcelo.pioto@tesouro.gov.br.	
	João Alberto Travassos Evangelista	Suplente	(61)3412-1975	joao.evangelista@fazenda.gov.br	
MME	Renato Dalla Lana	Titular	(61)2032-5079	renato@mme.gov.br	
	Guilherme Silva de Godoi	Suplente	(61)2032-5443	guilherme.godoi@mme.gov.br	
MPOG	Manoel Renato Machado Filho	Titular	(61)2020-4436	manoel.filho@planejamento.gov.br	
	<i>MARCEL BARBOSA</i>	Suplente	20205373	<i>MARCEL BARBOSA PLANO.</i>	
MMA	Sérgio Antônio Gonçalves	Titular	(61)2028-2100	sergio.goncalves@mma.gov.br	
	Renato Saraiva Ferreira	Suplente	(61)2028-2127	renato.ferreira@mma.gov.br	
CC/PR	Dermeval da Silva Júnior	Titular	(61)3411-1222	dermeval.junior@presidencia.gov.br	
	David Meister	Suplente	(61)3411-1212	david.meister@presidencia.gov.br	
CE	Francisco José Coelho Teixeira	Titular	(85)3101-3994	francisco.teixeira@srh.ce.gov.br	
	João Lucio Farias de Oliveira	Suplente	(85)3218-7027	joaolucio.farias@cogerh.com.br	

PB	João Azevedo Lins Filho	Titular	(83)3218-4373	jazevedo@serhmact.pb.gov.br	
	Deusdete Queiroga Filho	Suplente	(83)3218-4359	deusdete@serhmact.pb.gov.br	
PE	Mário Cavalcanti	Titular	(81)99488-2601	mariocavalcanti@sdec.pe.gov.br	
	Marcelo Cauas Asfora	Suplente	(81)3183-1002	measfora@srh.pe.gov.br mcasfora@capac.pe.gov.br	
RN	José Mairton Figueiredo de França	Titular	(84)3232-2410	jmairton@hormail.com	
	Josivan Cardoso Moreno	Suplente	(84)3209-9197	josivan.cardoso@gmail.com	
CBHSF	Anivaldo de Miranda Pinto	Titular	(82)3325-2244	anivaldodemirandapinto@gmail.com	
	José Maciel Nunes de Oliveira	Suplente	(31)8238-5873	vicepresidencia@cbhsaofrancisco.org.br	
CBHs Receptores	Marcos Maciel Torres	Titular	(87)3183-1030	marcostorres.torres@bol.com.br	
	Elias da Silva	Suplente	(87)3232-2439	eliassilva@hotmail.com	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 7ª Reunião Ordinária

Data: 19-10-2017

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
ANA	Vicente Andreu Guillo	Diretor-Presidente	(61)2109-5441	vicente.andreu@ana.gov.br	
	João Gilberto Loufo Conejo	Diretor	(61)2109-5451	jglotufo@ana.gov.br	
	Carlos Motta Nunes	Superintendente Adjunto	(61)2109-5361	carlos.motta@ana.gov.br	
CODEVASF	Antônio Avelino Rocha De Neiva	Presidente	(61) 2028-4660	gabinete@codevasf.gov.br	
	Elton Cruz Silva	Secretário Executivo	(61)2028-4714	elton.silva@codevasf.gov.br	
	Marco Aurélio Diniz	Diretor	(61)2028-4734	marco.aurelio@codevasf.gov.br	
	Danielson Araújo	Gerente	(61)2028-4370	danielson.araujo@codevasf.gov.br	
CGU	Ricardo Plácido Ribeiro	Coordenador	(61)2020-7000	sfccgmcid@cg.gov.br	
	Leandro de Freitas Rocha	Analista	(61)2020-7000	leandroroch@gmail.com	
SIH/MI	Rafael Eduardo Teza de Souza	Analista de Infraestrutura	(61)2034-4213	rafael.souza@integracao.gov.br	
	Mariana Prado Franceschi de Andrade	Analista de Infraestrutura	(61)2034-5676	mariana.f.andrade@integracao.gov.br	
CC/PR	Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro	Analista de Infraestrutura	(61)3411-6463	jonathas.castro@presidencia.gov.br	
	Henrique Amarante Costa Pinto	Secretário	(61) 3411-6403	henrique.pinto@presidencia.gov.br	
DNOCS	Angelo José de Negreiros Guerra	Diretor Geral	(85) 3391-5206	angelo.guerra@dnoqs.gov.br	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 7ª Reunião Ordinária

Data: 19-10-2017

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6º Andar-sala 605

Órgão					
MP	André L.M. Freire	CONJUR	2020-4995		
SDI/MP	Sarita de Paula P. Cavalcante		2020-4058	Sarita.cavalcante@plataformajuridica.gov.br	Cle
CBUSF	Valmir Pedrosa		82 9909-8215	Valmir.pedrosa@CTEC.UFAL.BR	Valmir:
MIC/DPF	Izabel Arrais		4351	izabel.arrais@integragao.gov.br	(I)
"	JULIANA SILVEIRA		4245		YY
CGPIF	Renan Y. Marinho		2028 4766	RENAN.MARINHO@CGPIF.GOV.BR	Gst
AVIA	Rodrigo Flecha		(61) 21095250	RodrigoF@AVIA.GOV.BR	TFP
ANA	Alexandre Andrade	SRE	2109-5264	alexandre.andrade@ana.gov.br	D
DNOCs	ROBEÍSIA HOLANDA	CONVIDADO	(85) 3391-5230	roberisa.holanda@dnocs.gov.br	Robeisa
DNOCS	GUSTAVO MEDEIROS		(85) 3391-5105	GUSTAVO.MEDEIROS@dnocs.gov.br	Gustavo
DNOCs	NILO BARSI	CONVIDADO	(85) 3391-5148	nilo.barsi@dnocs.gov.br	Nilo Barsi